

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCOS PAULO TEIXEIRA

**TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A UNIDADE DIDÁTICA COMO
FERRAMENTA PROBLEMATIZADORA DAS RUPTURAS E
CONTINUIDADES ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

São Luís/MA
2022

MARCOS PAULO TEIXEIRA

**TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A UNIDADE DIDÁTICA COMO
FERRAMENTA PROBLEMATIZADORA DAS RUPTURAS E
CONTINUIDADES ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual do Maranhão com
vistas à obtenção do título de Mestre.

São Luís/MA
2022

Teixeira, Marcos Paulo.

Transição política brasileira: a unidade didática como ferramenta problematizadora das rupturas e continuidades entre ditadura e democracia na educação básica/ Marcos Paulo Teixeira. – São Luís, 2022.

-- f: 104; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Ditadura. 3 Transição Política. 5 Unidade Didática. I. Título.

CDU 93/94:37.014

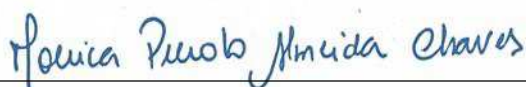
MARCOS PAULO TEIXEIRA

TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A UNIDADE DIDÁTICA COMO FERRAMENTA PROBLEMATIZADORA DAS RUPTURAS E CONTINUIDADES ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

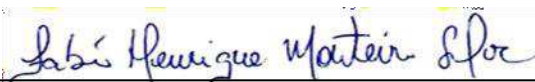
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 26/09/2022.

BANCA AVALIADORA



Prof. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (arguidor)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Leandro Antônio de Almeida (arguidor)
(PROCADI/UFRB)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís/MA

2022

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi feito em meio a pandemia, no esforço de muitas pessoas que não mediram esforços e fizeram o máximo possível para que a educação continuasse. Começo os agradecimentos pelos funcionários e professores do PPGHIST. Aos professores que aceitaram fazer parte da banca, Fábio Henrique Monteiro e Leandro Antônio de Almeida, obrigado pela leitura e indicações! Agradeço também a meus amigos que sempre estiveram presentes nas angústias da pós-graduação no Brasil, e na esperança, Manoel Afonso Ferreira Cunha, Jefferson Maciel Lira e Amanda Cristina Amorim Silva, sem vocês este trabalho não teria acontecido, obrigado pelas discussões e ampliação sobre meu trabalho. A minha família que sempre me apoia em todas as escolhas, em especial a meus avós, Paulino Frazão Pinto e Maria Lúcia da Silva Pinto. A minha mãe Maria de Jesus Furtado Teixeira, que me apoia de maneira incondicional, amo você. Por último e não menos importante, a minha orientadora, Monica Piccolo Almeida Chaves, exemplo de profissional e amiga, qualquer agradecimento aqui será pequeno diante da ajuda e principalmente compreensão sobre oportunidades através da educação, continue sendo essa professora inspiradora e pessoa maravilhosa, um forte abraço.

RESUMO

O presente trabalho se propõe no aprofundamento do tema, problematizando os distintos projetos de disputa de poder sobre como a Transição Política pode ser abordada em sala de aula, mediante conteúdo programático acerca da Ditadura e Nova República. Discutir e abordar temáticas políticas em sala de aula, se torna necessária para debater não apenas o recorte histórico escolhido, mas para elaboração de uma reflexão sobre os momentos políticos atuais, e assim, conseguir construir um pensamento crítico dos alunos para a ação de execução das liberdades de seus direitos políticos. Refletir acerca do espaço escolar como um contexto propício e fértil para tais discussões, utilizando o Ensino de História como principal canal, além de ser possível é viável, eficaz. Afinal, elucidar o trajeto político do regime democrático atual permite através do ensino e da aprendizagem ao aluno conseguir elaborar ações práticas que dizem respeito a cidadania e direitos. Busco ainda desenvolver uma discussão para adentrar na análise dos livros de didáticos que abordem o assunto, a fim de produzir uma unidade didática para auxiliar o professor em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História; Ditadura; Transição Política; Unidade Didática.

ABSTRACT

The present work proposes to deepen the theme, problematizing the different power dispute projects on how the Political Transition can be approached in the classroom, through programmatic content about the Dictatorship and the New Republic. Discussing and addressing political issues in the classroom, it is necessary to debate not only the chosen historical clipping, but to prepare a reflection on current political moments, and thus manage to build critical thinking by students for the action to implement the freedoms of their political rights. Reflecting on the school space as a favorable and fertile context for such discussions, using the Teaching of History as the main channel, in addition to being possible, it is feasible, effective. After all, elucidating the political trajectory of the current democratic regime, through teaching and learning, allows students to develop practical actions that relate to citizenship and rights. I also seek to develop a discussion to enter the analysis of textbooks that address the subject, in order to produce a didactic unit to assist the teacher in the classroom.

Keywords: Teaching of History; Dictatorship; Political Transition; Didactic Unity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

PNLD- Programa Nacional do Livro e Material didático

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNLEM – Programa Nacional do livro Didático para o Ensino Médio

PNLA- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

MEC- Ministério da Educação

IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

II PND- Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

ABI- Associação Brasileira de Imprensa

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

STF- Supremo Tribunal Federal

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

ANC- Assembleia Nacional Constituinte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 – A Transição Inacabada	13
1.1. Transição, Liberalização e Democratização pós Ditadura no Brasil	13
1.2. A Transição	24
Capítulo 2 – Educação, Ensino de História e a Transição no Livro Didático	35
2.1. Ensino de História e educação no Brasil	35
2.2. Fim da Ditadura nos livros didáticos	44
Capítulo 3 – A Unidade Didática como ferramenta de análise Histórica em sala de aula	84
3.1. Reformas educacionais e o impacto no ensino das Ciências Humanas	84
3.2. A Unidade Didática como ferramenta para o Ensino de História	92
Considerações Finais	97
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Os debates sobre a Ditadura sempre estiveram presentes na sociedade pelos mais diversos fatores, sendo como forma de lembrar ou até mesmo na tentativa de disputar a memória sobre o período, os diversos setores da sociedade entram na disputa pelo passado afim de reivindicar seus vencedores. Há uma vasta produção historiográfica sobre o que levou ao golpe e sobre os anos que seguiram a ditadura no Brasil, entretanto, tão importante quanto seu começo é o momento final, os últimos anos do regime que perseguiu, matou e torturou brasileiros. Para além dos arroubos autoritários, a falta de participação política da imensa maioria da população durante o regime não permitiu a livre discussão sobre os projetos que a sociedade necessitava. Em torno de um mantra do desenvolvimento e com momentos de crescimento vertiginosos calcados em premissas da conjuntura econômica mundial, após a ditadura, o Brasil herdou, além de uma dívida muito grande, pífio crescimento econômico, a dívida sobre a desigualdade como traço marcante do sistema com uma enorme concentração de renda.

No momento final da Ditadura não foi diferente. Embora tenhamos a noção das mudanças promovidas pelos ideólogos da transição, a ditadura continuava: excessos, prisões, mortes e utilização do arcabouço jurídico autoritário foram usados da tentativa de barrar avanços da oposição e promover a vitória do partido da ditadura.

Na educação o regime promoveu reformas que iam de encontro aos interesses dos que tomaram o poder, o período em que a Ditadura vigorou no Brasil chegou aos mais diversos setores, inclusive à educação escolar pública, tornando-a um mecanismo de aparelhamento através de disciplinas como “Moral e Cívica” e Organização Social. Existe uma parte da população que absorveu e deu forças para um imaginário coletivo de que a vida era mais tranquila naquele período.

Porém, em se tratando do ensino dessa temática, percebemos que existe uma certa dificuldade em construir debates, em tomar partido no quadro de disputa de memórias que esse período parece estar inserido. Há um certo menosprezo social pelas evidências históricas e uma constante deficiência no ato de contextualizar as informações adquiridas.

Recentemente, surgiu uma discussão sobre questões ligadas aos termos que são utilizados para se falar sobre esse os vinte e um anos do regime militar. Vemos

peças usando termos como “Revolução” e endossando com isso o discurso dos militares e faz parecer que foi um movimento necessário naquela data, quando sabemos que era sobretudo um Estado de exceção e com direitos cerceados nas mais diversas esferas.

A Comissão Nacional da Verdade, criada em maio de dois mil e doze a partir da lei de nº 12528/2011, se encarregou de investigar crimes que foram cometidos contra os direitos humanos em território brasileiro de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Há também uma intensa discussão sobre a participação da sociedade civil na figura dos empresários e se alguns setores religiosos estiveram ligados ao movimento.

O país tem como registro uma Transição “lenta, gradual e segura” em muitos de seus livros didáticos e escritos sobre o período, mas parece destoante quando olhamos com mais atenção para a realidade que nos cerca e como tudo se encaminhou nesse processo e a narrativa construída nas obras utilizadas nas escolas de ensino básico.

Os livros didáticos geralmente fazem a separação por presidentes e seus governos, tornando a temática um pouco distante da realidade dos alunos. A discussão promovida em nosso trabalho busca entender como a falta de provocações sobre temas como a repressão, o movimento negro e dicotomia entre democracia e ditadura tendem a ser mais proveitosos dentro de sala de aula

A grande maioria dos professores tem como intuito trabalhar a temática de forma coerente com tudo que foi produzido e documentado através de pesquisas feitas na academia. Mas, além de todos os problemas encontrados nos livros didáticos, o imaginário coletivo de muitos familiares não vão de encontro as visões e posturas estabelecidas em sala de aula, e está a cargo da História o dever de relembrar e possibilitar ao aluno uma reflexão sobre o período.

Pensamos que, o ensino sobre essa temática dentro da disciplina de História precisa passar por uma reflexão e entendimento maior do que os nossos alunos têm compreendido sobre o momento em que o Estado se transformou e quais as consequências disso para o presente. A disciplina tem como combustível provocar os alunos e fazê-los questionar.

Trabalhar esse conteúdo trazendo para o entendimento dos alunos a necessidade de se entender que o regime militar não só retirou direitos e liberdades

individuais, mas também foi palco da ruptura de qualquer vestígio de dignidade e compromisso com a democracia e a política nos leva a produzir resultados mais significativos no ensino-aprendizagem.

Nas últimas décadas foi observado o quanto é necessário estabelecer um caráter de enfrentamento à memória deficitária ou seletiva que vemos em nosso país. O surgimento de discursos que promovem e encorajam uma nova experiência ditatorial dão a entender como foram normalizados os horrores praticados nesse período.

O ensino de História sempre foi uma ferramenta de combate e um mecanismo de transformação através da produção de conhecimento e o que vivemos hoje com um movimento de proliferação de falas em favor da Ditadura em redes sociais, mídia, bancada do Congresso Nacional e até mesmo pelo presidente do país nos leva a pensar como a memória ou falta dela faz parte de uma caminhada hegemonizada.

No primeiro capítulo abordo a instabilidade política do período da Transição, para demonstrar os atores principais dessas crises, e também a centralidade dos militares e grupos da sociedade civil e política que ajudaram na reconfiguração do regime que tomou a direção do Estado brasileiro, em função de suas alianças classistas marcantes no período e sua ligação com o capital Multinacional e associado, demarcando assim o posicionamento de uma transição pactuada, para demonstrar os efeitos dessas negociações no processo final de retorno ao Estado Democrático. Serão ainda analisadas as principais mudanças do período do governo Geisel até o governo José Sarney, para traçar linhas gerais dos vários momentos da ditadura e retorno da democracia no Brasil. Além disso aspectos sobre as eleições no Maranhão e sobretudo a cobertura jornalistas do governo Sarney.

No segundo capítulo abordaremos a importância dos estudos sobre ensino de história e como eles podem ajudar na construção de ferramentas de enfrentamento sobre o passado na realidade escolar, além de destacar nos livros didáticos como o tema é trabalhado numa dupla perspectiva, principalmente com os novos livros que entram na sala de aula.

No terceiro capítulo traço as linhas principais que nortearam a confecção do produto educacional Unidade Didática, dotada de uma resumo sobre as principais

discussões que foram identificadas nas ausências ou poucas problematizações nos livros didáticos sobre o projeto de retorno à democracia, que poderão contribuir com docentes e discentes da educação básica na discussão sobre a fragilidade do começo do Brasil republicano, bem como suas rupturas e continuidades entre os períodos autoritários e democrático, fazendo com que o aluno reflita sobre a história política recente do país e sobre a importância, não somente da manutenção da democracia, como também seus da importância da identificação de seus limites e problemas.

CAPÍTULO 1 - A TRANSIÇÃO INACABADA

1.1. Transição, Liberalização e Democratização pós ditadura no Brasil.

Na obra *Transição e consolidação da Democracia: experiências do sul da Europa e da América do Sul*, Alfred Stepan e Juan L. Linz buscam o entendimento de como as transições ocorrem em diferentes países com diversas características históricas. Necessário entender os principais conceitos que permeiam a discussão sobre o tema. Liberalização e democratização são termos que ajudam no entendimento do processo, mas estão ligados a fases distintas.

O primeiro implicaria uma série de mudanças nos quesitos sociais e políticos. Exemplos desses movimentos seriam o rompimento das questões autoritárias quanto a uma censura mais branda, liberdade para a reorganização da classe trabalhadora, remoção dos entulhos autoritários que não permitiam as disposições jurídicas nos quesitos de direitos individuais e tolerância com a oposição. Todas essas mudanças sinalizariam um retorno gradativo a uma normalidade futura.

Já a democratização é a junção da liberalização num contexto mais ampliado. Em síntese, dois aspectos principais destacados pelos autores: “competição aberta pelos direitos a conquistar o controle do governo e eleições livres” (LINZ; STEPAN, 1999, p.23). E o que seria a consolidação democrática? Os autores abordam três elementos que somados implicariam numa democracia consolidada:

Em termos comportamentais, um regime democrático, em território, está consolidado quando nenhum autor nacional de importância significativa, quer social, econômica, política ou institucional, despenda recursos consideráveis na tentativa de atingir seus objetivos por intermédio da criação de um regime não democrático, lançando mão da violência ou da intervenção estrangeira, visando a secessão do Estado.

Em termos de atitude, um regime democrático está consolidado quando uma grande maioria da opinião pública mantém a crença de que os procedimentos e as instituições democráticas são a forma mais adequada para o governo da vida coletiva em uma sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas contrárias ao sistema é bastante pequeno, ou mais ou menos isolado das forças pró-democráticas.

Em termos constitucionais, um regime democrático está consolidado quando tanto as forças governamentais quanto as não governamentais em todo o território do Estado, sujeitam-se e habitam-se à resolução de conflitos dentro das leis, procedimentos e instituições específicas, sancionadas pelo novo processo democrático (LINZ; STEPAN, 1999, p.24).

Em síntese, a depender das características dos países, a consolidação ocorre quando as regras previamente estabelecidas pelo conjunto da sociedade em contexto democrático são respeitadas e todos os conflitos do campo político são resolvidos dentro das regras democráticas, sem a necessidade ou o perigo de uma queda do Estado democrático vigente e, acima de tudo, o respeito pelos resultados dos projetos diferentes que disputam a arena política.

Ainda nesse sentido, são abordados aspectos que condicionam a funcionalidade dessa consolidação. O primeiro deles está ligado à formação de uma sociedade livre e ativa. O segundo adverte que sem uma sociedade política autônoma essa consolidação estaria seriamente ameaçada. O terceiro trata do Estado de direito e seu funcionamento, que garantiria as liberdades individuais e as regras quanto ao novo regime democrático. Uma burocracia estatal é fundamental no momento de transição para que essas instituições auxiliem nas reformulações e no Estado democrático, por fim, a necessidade de uma sociedade econômica que permita o desenvolvimento.

Cabe destaque ainda para os estudos sobre a transição de três principais linhas de análise que permeiam os principais debates sobre a temática. Alzira Abreu e Fernando Lattman (2006) discorrem sobre o tema sintetizando essas três correntes e suas características. As linhas, por vezes, têm elementos parecidos, mas divergem

em função dos autores na explicação do fator principal de retorno ao Estado democrático.

O primeiro eixo de debates girava em torno do “retorno ao filho pródigo”, a mudança estaria ligada ao espírito reformista presente no Golpe de 1964, que representava um esforço na tentativa de manutenção da segurança nacional em virtude da suposta ameaça comunista e em torno da agenda política dos setores que apoiaram o golpe. Deste modo, o retorno a um sistema de legalidade se daria após a tarefa cumprida.

A segunda explicação seria em função da “correção de rumo”. As disfuncionalidades das instituições que tomaram o poder ligadas principalmente aos sistemas autoritários colocavam em ameaça a própria manutenção e preservação dessas instituições, nesse sentido a correção de rumo seria necessária para preservar essas instituições após o retorno da normalidade democrática. A terceira linha de explicação gira em torno da “reforma pactuada”, com a participação efetiva de um amplo leque de atores sociais, embora seja realizada e controlada pelo alto, há pressões, avanços e recuos que ao final do processo possibilitaram o retorno a um ambiente democrático.

As três interpretações carregam noções utilizadas nas principais discussões sobre o tema. Utilizarei neste trabalho da terceira interpretação, muito em função das especificidades da transição empreendida no Brasil. A hierarquia da estrutura militar, que permitiu uma direção em busca de uma saída pactuada; o papel da oposição política que ocupou os espaços durante o processo e a sociedade civil, que organizou massivos protestos contra os militares, essas peculiaridades reforçam a terceira interpretação como via de entendimento sobre a Transição no Brasil. Ao final da Ditadura, temos uma pactuação muito presente e consolidada na Assembleia Nacional Constituinte, garantindo avanços e recuos no período da Nova República, fruto dessas negociações que marcaram todo processo.

A posse de Fernando Collor de Melo, eleito pelo voto direto nas eleições de 1989 marcou de maneira definitiva a consolidação dos civis em relação aos militares na esfera política. Até a eleição da chapa Tancredo/Sarney de maneira indireta pelo congresso, o país passou pelas mãos de cinco generais que presidiram o país. A partir da posse de Ernesto Geisel na presidência, o Brasil passou por fases

de mudanças que repercutiram no modo como se encaminhou a fase final de seu regime militar.

A partir da Comissão Nacional da Verdade, parte significativa de oficiais de alta patente do Exército começaram a reaparecer no debate político brasileiro, espaço esse abandonado de maneira expressiva em virtude das atribuições das Forças Armadas fora do escopo da política partidária.

Podemos observar, em processos de Transição, das conservadoras as progressistas, alguns critérios demonstram seu sucesso ou insucesso, estes caracterizados por políticas reparação que concluídas dão ao regime democrático ferramentas no arcabouço jurídico e social que passam a funcionar como antídoto a tentativas autoritárias, de grupos ou até mesmo de instituições. No Brasil, esses mecanismos não foram colocados em prática na sua totalidade, a reviravolta e o retorno dos militares a arena política advêm da Transição Política Brasileira, que não utilizou dos meios para barrar a volta dos militares a cena da política partidária.

O ano de 2014 marcou a efeméride dos cinquenta anos do golpe de 1964 suscitando, no campo da sociedade civil e da política institucional, inúmeras discussões sobre o tema. Neste sentido, ressurgiram debates e pesquisas científicas que procuraram examinar tal período da história política brasileira. Desse modo, a literatura revisionista ganha destaque num contexto de uma reação conservadora no espectro político nacional. Essas leituras buscam deslegitimar as agressões ocorridas no período e inverter os acontecimentos a fim de acobertar a até mesmo negar a existência da Ditadura e de toda a repressão ocorrida no período. Podemos observar a seguir algumas dessas tentativas:

"Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim" – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos. (Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação, *BBC Brasil*, São Paulo, 20 de abril de 2016).¹

Durante discurso em seminário sobre os 30 anos da Constituição de 1988, ao falar sobre o Golpe de 1964, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli disse que hoje se refere ao período como "movimento de 1964". "Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem revolução. Me refiro a movimento de 1964" (Toffoli diz

1

Disponível

em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_bolsonaro-ongs_oab_mdb acesso em: 01/12/2019.

que hoje prefere chamar golpe militar de 'movimento de 1964'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 de out. de 2018).²

Manifestações por intervenção militar, eufemismo para golpe militar, são uma afronta à constituição e poderiam ser caracterizados como crime previsto na LSN (Lei de Segurança Nacional), com pena de um a quatro anos de reclusão, segundo especialistas ouvidos pela folha. (Para especialistas, pedido de intervenção militar afronta Constituição e pode ser crime. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de maio. de 2018).³

É perceptível o impacto na sociedade sobre temas como os abordados acima. A exaltação da memória de um torturador em plena câmara federal ganha contornos dramáticos sendo televisionada para todo o país ao vivo, em canal aberto. A fala do presidente do STF sobre um tema de relevância nacional e amplamente debatido até mesmo nas instâncias jurídicas reflete o desejo do esquecimento, o que contraria a própria noção de Justiça de Transição⁴ feita em muitos países que visam não o esquecimento, mas sim a construção de elementos democráticos que sirvam de defesa para a sociedade. As manifestações pedindo intervenção militar, mesmo que vindas de parcelas mínimas e com fortes ligações com setores militares, demonstram o sinal de alerta sobre o perigo da participação política dos quartéis, tão cara à história recente do país. Todos esses exemplos acabam por influenciar o ambiente escolar.

A partir da segunda metade do século XX, a América Latina foi palco de diversos movimentos de frações de classes com participação direta dos militares que levaram à implementação de várias ditaduras, em um contexto de efervescência do jogo político, que acabaram por transformar as relações dentro desses países em todos os âmbitos da sociedade.

No Brasil não foi diferente. A Ditadura Empresarial-Militar Brasileira, implantada a partir do Golpe de 1964, foi ponto de partida de infinitas arbitrariedades, pouca participação social e tantos outros problemas, ainda

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml> acesso em 03/12/2019

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml> acesso em 01/12/2019

⁴ Justiça de Transição é um conjunto de processos que visa garantir o direito à memória, à verdade histórica, à reforma das instituições e à reparação, financeira ou simbólica em sociedades recém-egressas de regimes ditatoriais ou totalitários, visando a não repetição de fatos ocorridos neste período. Para maiores informações, ver WOJCIECHOWSKI, 2013.

presentes nos dias atuais. Em sua obra, “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”, René Dreifuss analisa a participação dos civis, sendo estes pertencentes ao bloco ligado ao capital multinacional e associado, tanto na conjuntura da deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de cargos chaves no Governo.

Mesmo com uso da denominação de “civis”, Dreifuss deixa claro que estes eram ligados a setores empresariais e estavam de acordo com os projetos elencados por esse segmento. Uma parte significativa de pesquisadores, num cunho revisionista tenta utilizar o termo civil para caracterizar uma participação ativa de vários atores da sociedade dentro dessa classe.⁵ Por um período longo a sociedade brasileira foi impedida de exercer o direito de votar e ser votado para o principal cargo do país. Mais do que isso, a cultura política foi totalmente asfixiada pela ditadura.

De Castelo Branco (1964-1967), passando pelos governos de Costa e Silva (1967-1969) e Medici (1969-1974), o país passou por inúmeras arbitrariedades, tortura, repressão, censura. Segundo Maria Helena Moreira Alves, esse período está inserido no contexto das fases lançamento das bases do Estado de Segurança e também no desenvolvimento do modelo econômico e aparelho repressivo.

A participação dos civis, pertencentes ao bloco ligado ao capital Multinacional e associado, tanto na deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de importantes cargos dentro da estrutura de poder organizada após o Golpe, tinha nos setores empresariais sua maior força. Iniciaram-se vinte e um anos de ditadura marcados por mudanças estruturais orquestradas principalmente por esta fração da classe dominante brasileira.

Se o golpe foi uma aliança entre o capital multinacional associado, na ditadura podemos observar algumas consequências dessas modificações no que tange a relação entre trabalhadores e Estado. Maria Helena Moreira Alves (1984), ao fazer uma análise com base na teoria da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que norteia seu trabalho, nos fornece um amplo estudo sobre a

⁵ Para uma leitura mais aprofundada sobre a discussão do termo, ver Demian Bezerra de Melo: O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELLO, D. B. A **Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

mudança promovida, sobretudo por esses agentes dos complexos IPES/IBAD, que modificaram as regras a favor do capital. Segundo Alves, um dos elementos que mais prejudicava os interesses dos empresários quando se tratava da classe trabalhadora, era a legislação trabalhista anterior a 1966.

Essa mudança significativa evidencia seu caráter empresarial, e essa fração da classe dominante empresarial, que muitas vezes é suprimida dos debates acerca do tema, tendo participação importante nessas tomadas de decisão. Embora tenhamos abordado alguns temas relativos à Ditadura, é necessário pontuar que após o Golpe de 1964 só vai adquirir uma face civil em 1985 com a vitória da chapa Tancredo-Sarney e teve nesses 21 anos tenebrosas perseguições e contradições internas.

Logo após a tomada de poder, os ditadores que se sucederam sempre fomentaram a repressão como uma de suas principais características. A classe trabalhadora suprimida de seus direitos e de suas condições de trabalho, como já citado anteriormente, teve ainda uma amarga derrota na questão salarial.

Outro ponto a ser destacado é com relação aos trabalhadores no campo, que foram violentamente reprimidos. Mesmo com leis que lhes asseguravam o direito a terra, no campo a ditadura foi tão violenta quanto na cidade. Até hoje a Reforma Agrária, uns dos itens das Reformas de Base de João Goulart, não saiu efetivamente do papel, fazendo com que milhões de trabalhadores fiquem desempregados ou sejam explorados no campo.

As permanências da Ditadura se dão em meio ao processo de mudança do regime ditatorial, engendrado a partir de 1974, com a posse de Ernesto Geisel, tem como pano de fundo um período onde várias forças se posicionaram a respeito do modelo de regime que sucederia o anterior. Os limites desse processo serão debatidos nas próximas linhas deste trabalho. A partir do governo Geisel as mudanças na procura de um novo modelo de regime foram buscadas em virtude de problemas enfrentados pelos que estavam no poder.

Entre o governo Geisel até a posse de Collor, o processo brasileiro que durou 16 anos é conceituado como Transição de regime político. Podemos dividi-la em três momentos e características: um primeiro, ainda no governo Geisel, é apresentado como Distensão. No governo Figueiredo é chamada de Abertura Política; e no período que compreende a eleição da chapa Tancredo-Sarney e ao

governo do último em virtude do falecimento de Tancredo Neves, é conhecida como Redemocratização indo até a posse de Fernando Collor de Melo (1990-1991). A divisão proposta em Distensão, Abertura Política e Redemocratização, tomando por base os governos dos últimos Presidentes militares do regime e do primeiro civil, ajuda no entendimento dos diversos fatos que ocorreram nos diferentes momentos desse longo processo.⁶

Um aspecto importante de análise sobre os fatos que mudaram a face do regime é observar as dinâmicas de mudança da economia mundial que interferiram no modelo de desenvolvimento durante a Ditadura. Roberto Santana Santos (2014) observa que um fator preponderante na condução nas mudanças começa principalmente no final do chamado “Milagre Econômico”, caracterizado como um modelo que teria como um de seus desdobramentos uma extrema concentração de renda.

Todos esses acontecimentos tiveram um peso ainda maior no contexto de duas crises na economia mundial: os dois choques do petróleo e um forte *déficit* na conta do governo americano, forçando o pagamento dos empréstimos internacionais e freando a concessão de novas contratações pelos bancos internacionais, o que impactou significativamente o modelo de desenvolvimento nos governos militares. Por trás dessa reorganização, uma nova vertente na economia mundial, com a ascensão do neoliberalismo, que vinha em forte crítica ao keynesianismo, como pontua o autor:

As ideias centrais do keynesianismo, principalmente o Estado de bem-estar social, são destruídas pelo avanço das medidas neoliberais, que se tornaram hegemônicas graças aos sistemas de comunicação cada vez mais monopolizados. Assim assistimos nos países centrais à aplicação de programas de privatização de empresas estatais e sucateamento de serviços públicos, uma alta financeirização da economia, com destaque à especulação financeira, e a procura por mão de obra barata por parte das multinacionais (SANTOS, 2014, p.55).

O resultado desses episódios contribuiu de forma sistemática para as mudanças profundas ocorridas no regime. Com a forte crise na economia, o modelo usado pelos militares, que servia de base para a Ditadura num determinado

⁶ Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. E LEMOS, Renato. **Ditadura, Anistia e transição política no Brasil (1964-1979)** - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

momento, começava a ruir. Os ideólogos do Estado buscavam uma saída para tal situação. O certo é que a crise do sistema econômico foi um dos principais fatores da mudança de rumo do regime.

Para entender melhor os três momentos dessa fase, vamos analisar o que alguns autores destacam sobre os respectivos períodos, para poder melhor problematizar o que seria o resultado desse processo de reorganização de forças dentro da sociedade brasileira. um dos principais trabalhos que toca no ponto tanto da Distensão e da Abertura, o da historiadora Maria Helena Moreira Alves.

Segundo Alves, podemos observar a tentativa de reorganização das forças para tentar viabilizar mudanças que não comprometessem os que estavam no poder. A partir desse período, os militares e as classes que tomaram o Estado tentaram mudanças com o intuito da manutenção, com apenas concessões para as outras classes que compunham a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a análise do período da Distensão, o governo Ernesto Geisel é visto como o primeiro a começar a executar de fato mudanças dentro do regime.

Maria Helena aponta qual a principal característica do que seria a Distensão:

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção do apoio político e social (ALVES, 1985, p. 185).

Essa significativa mudança no padrão do regime permite analisar em que seria calçado o projeto, que deveria buscar novos mecanismos para obtenção do consenso dentro da sociedade e garantir também uma maior flexibilidade em algumas instâncias para o restante da população. Visava-se, assim, uma flexibilização com restrições definidas pelos militares.

O produto dessas reconfigurações seria um modelo de governo no qual outros atores, então fora dos debates, teriam um espaço controlado. Ao final do projeto, se chegaria a um modelo político denominado de Democracia Forte. É importante ressaltar que nesse momento a força que domina o projeto é, sobretudo, militar na busca por um regime que consiga manter a governabilidade sem enfrentar maiores problemas na condução do Estado.

Já no período de João Batista Figueiredo (1979-1985), último militar a presidir o Brasil na Ditadura, a Abertura Política ganha de fato uma feição de maior flexibilização. É nesse período que entidades da sociedade civil, tais como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ganham mais espaços de atuação e exercem um papel no sentido de pressionar por maiores mudanças no regime, fazendo com que o interesse de vários segmentos da sociedade, outrora não levados em consideração, passem a dialogar com os que estão no poder (ALVES, 1985, p. 225).

Neste período podemos observar episódios como os embates em torno da aprovação da lei de Anistia, que sintetizou o que seria o projeto de abertura promovido pelos militares. Uma importante contribuição sobre o episódio é encontrada em Renato Lemos no artigo *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*, no qual o autor aborda os limites desta, buscando elementos de longa duração na República. O autor elenca ainda uma série de momentos em que a questão da anistia foi posta na ordem do dia durante outros episódios. Evidente na sua obra a crítica ao “caráter contrarrevolucionário da prática conciliatória das elites políticas brasileiras” e de “conciliação como forma de preservação dos interesses das classes dominantes”. (LEMOS, 2002, p.293)

Nesse ponto, a anistia, segundo o autor, seria resultado de uma negociação com setores da oposição, mas que teve iniciativa dos militares moderados do regime. O resultado desta indica os movimentos feitos no projeto de Abertura na busca da preservação das condições de dominação existentes, com apenas concessões feitas para as classes antes sem espaço de participação.

Por fim, falaremos do momento posterior ao governo de Figueiredo, o governo de José Sarney (1985-1990), ex-membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura numa chapa conjunta com Tancredo Neves. Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira e do Movimento das “Diretas Já”, numa conjuntura de negociação da passagem do poder do executivo federal para as mãos de civis, tínhamos, após 21 anos de Ditadura, um civil no poder, eleito indiretamente pelo Congresso, com uma forte negociação de diversos setores. Veremos nas próximas linhas algumas das principais questões referentes ao período.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, as forças políticas da oposição tentam um novo rearranjo para traçar as metas da passagem do poder para os civis. Nesse ínterim, como pontua Brasílio Sallum (1996), é importante destacar os vários projetos que disputavam a sucessão, para interpretar tanto os que estavam do lado da situação como os que se encontravam na oposição. Do lado da oposição, dois projetos se mostravam com força. O que se sagrou vencedor da disputa, tem no seu principal elemento um leque enorme de alianças com diversos partidos e representantes da sociedade:

No polo oposicionista, a afinidade com a orientação desenvolvimentista era muito grande. Já se viu que com Ulysses Guimarães o desenvolvimentismo adquiria tonalidades nacionalistas e populares mais acentuadas do que o aceitável para a maioria do empresariado. Com Tancredo Neves, a orientação econômica mais conservadora, o tom se modera e, especialmente depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, subordina-se ao tema dominante de sua campanha, a conciliação nacional (SALLUM, 1996, p. 106).

A longa lista que formava a Aliança Democrática ⁷ é a prova que o discurso da Conciliação Nacional tomava ares de um novo projeto que iria promover uma reorganização do Estado brasileiro, chamado de Nova República pelo próprio Tancredo. Esse projeto estava balizado em vários aspectos já conhecidos da política nacional:

Socialmente, sua candidatura deitava raízes no grande empresariado, especificamente aquele que dependia das conexões para sobreviver; na Tecnoburocracia estatal; nas oligarquias regionais que sobreviviam à custa de recursos do tesouro; nos assalariados e na classe média profissional que apoiavam massivamente a campanha pelas eleições diretas e votava na oposição. (SALLUM, 1996, p. 107)

Essa conjuntura remonta a montagem do novo cenário político brasileiro, ao mesmo tempo em que foi conservador, tutelado, permitiu que novas forças sociais reclamassem mais espaços. O que dê certo podemos observar é que, apesar do processo ser tutelado, desde a Distensão até a Abertura, ele não saiu exatamente como seus ideólogos planejaram.

Já no governo Sarney, após a morte de Tancredo em virtude de sua doença, a redemocratização segue com seu caráter tutelado e com novas dinâmicas. A

⁷ Podemos identificar nessa aliança, diversos partidos como o PMDB, PDT, PTB, a Frente Liberal, que fora criado por dissidentes do PDS.

primeira problemática do período segue sobre a sucessão do vice. Sarney enfrenta resistência para assumir. Na verdade, essa resistência reside no fato dos compromissos assumidos pelo pacto da Aliança Nacional, proposta por Tancredo, uma mudança pelo vice levaria as mais rodadas de negociação e poderia levar a Nova República para outro rumo que não fosse o definido nas negociações anteriores.

Em linhas gerais o governo Sarney demonstrou o caráter do pacto proposto para o período. A remoção do entulho autoritário, as reformas constitucionais davam ares de maior liberdade política por parte do novo governo. Uma das principais questões referente ao período são as crises e os programas de combate a ela. Os planos propostos pelas diversas equipes econômicas do governo teriam um peso ainda maior na questão política. Se cada um dos planos seguia determinadas linhas econômicas, de acordo com o período que elas se davam, na questão política, esses planos serviam de base política para a vitória do projeto da Nova República.

Em última análise, é necessário colocar a Assembleia Nacional Constituinte como ponto central do período em questão. As movimentações em torno dos projetos presentes na ANC favorecem um amplo debate das rupturas e continuidades. Nesse período, é importante salientar que a “mudança” do regime não se configurou efetivamente e algumas permanências se mantêm ainda hoje da estrutura herdada da Ditadura.

1.2. A Transição

No Maranhão a política também foi permeada pelos discursos que perpassavam a nível nacional, a própria ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada aos governos estaduais que seguiram ao longo de 21 anos. A imprensa maranhense durante o período da Transição vai entender e publicizar editoriais e matérias com o mesmo enfoque do projeto maior, o do sentido principal atribuído ao nosso processo de Transição, interessante destacar a figura de José Sarney como um dos políticos mais importantes na travessia e retorno da democracia, sendo que ele foi peça importante de apoio para os militares, desde seu governo em 1966 até mesmo sendo do partido da base dos generais. A questão do voto e da reconciliação também vai ser muito presente na imprensa, principalmente na tentativa de gerar consenso no momento de retorno aos quadros democráticos.

Evidente lembrar que os jornais fazem parte de um aparato que produz e gera consenso na sociedade, e sofre pressões e censura, entender essas dinâmicas é fundamental para ajudar a reduzir os impressionismos da época.

A classe política maranhense também foi afetada pela ditadura. Os maranhenses foram representados por três governadores eleitos indiretamente, pelo colégio eleitoral composto pelos deputados estaduais. Isso em si já evidencia um processo político distorcido e quebra com a noção de participação política, camuflados pelos artifícios das legislações eleitorais impostos pela ditadura, que sempre buscavam dar uma noção de legalidade a sua natureza.

A Transição também fez parte da política local, as mudanças dos ventos na política nacional acabavam por interferir nas dinâmicas locais, até mesmo na perda de poder. Com o maior espaço das figuras de oposição ao regime, a transmutação de figuras carimbadas apoiadores dos militares, alguns deles vão sair como defensores da democracia, e mais ainda, muitos deles vão permanecer por anos em cargos importantes, fazendo até mesmo com que seus descendentes entrem na política.

Os Três governadores eleitos indiretamente foram Pedro Neiva de Santana (1971-1974), Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979) e João Castelo (1979-1982), os dois primeiros ainda da ARENA, e o último do PDS. Nas duas eleições que se seguiram já em votação direta, tivemos a vitória de Luiz Rocha (1983-1987) e de Epitácio Cafeteira (1987-1990). Sendo o primeiro do PDS e o segundo do PMDB.

Na eleição de 1974 o maranhão contava com cerca de 675000 eleitores aptos a votar⁸, nesta eleição a ARENA fez a grande maioria do legislativo federal e estadual. Sob a égide do Ato Institucional número três, AI-3, que visava principalmente eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais. A ARENA elege também o senador Henrique de La Rocque (1975-1982). Ainda no plano federal, dos nove deputados eleitos apenas um o fez pelo MDB, os oito foram eleitos pela ARENA. Na Assembleia Legislativa a ARENA conseguiu vinte e duas cadeiras, o MDB fez apenas cinco deputados. Com a maioria na Assembleia e a

⁸ Todos os dados sobre eleições no maranhão foram extraídos no site do TRE-MA onde é possível fazer a consulta sobre as eleições, as atas com as informações estão digitalizadas facilitando o acesso aos pesquisadores. <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/biblioteca-do-tre-ma/relatorios-das-eleicoes-anteriores-a-1994> . Acesso em 25/01/2022.

eleição ocorrendo de maneira indireta, o candidato Osvaldo da Costa Nunes Freire foi eleito recebendo dezessete votos.

Já na eleição de 1978 temos um quadro com pouca alteração partidária, está sob a égide do AI-3 e do pacote de abril, que alterava a eleição, o medo dos militares de perder o controle do senado fez com que a figura do senador biônico fosse criada, este seria eleito indiretamente para garantir assim a maioria. A ARENA consegue vitória expressiva no estado, e garante a maioria na Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado. João Castelo foi eleito indiretamente para o cargo de governador do estado.

Alexandre Costa eleito para o senado federal como senador biônico. José Sarney foi eleito a senador com 409000 votos. Na câmara federal a ARENA conquistou dez das doze cadeiras, ficando o MDB com apenas duas. Na assembleia legislativa a ARENA fez trinca e cinco deputados, ficando o MDB com apenas cinco cadeiras.

Nas eleições de 1982 a legislação eleitoral já havia mudado, o bipartidarismo extinto pela lei 6.876 de 20 de dezembro de 1979 deu lugar a novos partidos que compuseram a eleição estadual. Em eleição direta para o governo do estado Luís Alves Coelho Rocha foi eleito pelo PDS. Para o senado federal João Castelo Ribeiro Gonçalves foi eleito também pelo PDS, que conseguiu ainda a maioria na câmara federal e na assembleia legislativa, com o fim da ARENA o PDS herdou os votos como principal partido de apoio a ditadura.

Na câmara federal o PDS fez quatorze deputados e o PMDB fez três cadeiras. Na assembleia legislativa tivemos trinta e três deputados do PDS e oito do PMDB.

Nas eleições de 1986 o quadro nacional já era outro e o PMDB vai se destacar nas eleições, os resultados vão se mostrar totalmente diferentes dos anos anteriores em virtude principalmente da mudança no cenário nacional. Epitácio Cafeteira (PMDB) venceu o pleito para governador com mais de um milhão de votos, a disputa foi contra João Castelo (PDS). O PFL elegeu dois senadores, Alexandre Costa e Edison Lobão. Das dezoito cadeiras no legislativo federal o PFL ficou com oito vagas, o PMDB com oito e o PDS apenas com duas, evidenciando o contraste com as eleições anteriores. Das quarenta e duas vagas na Assembleia Legislativa o PFL ficou com vinte vagas, o PMDB com onze cadeiras, o PDS com

cinco, PTB com três deputados, PDT com dois e PMB com uma vaga. Modificando totalmente o quadro político no poder legislativo estadual.

Na eleição de 1990 o então senador Edison Lobão conquista o governo do estado pelo PFL, o ex-governador Eptácio Cafeteira no PDC conquista a vaga no senado. Na Câmara Federal o PFL conquista sete deputados e na Assembleia Legislativa conquista quinze cadeiras tornando-se o maior partido do legislativo estadual.

Todas essas eleições possibilitaram a análise de como cenário local foi permeado pelas questões nacionais, o uso massivo das legislações eleitorais, as mudanças repentinas em favor dos candidatos da situação tornaram a vida da oposição além de arriscada em virtude das perseguições políticas, muito difíceis. Essas dinâmicas eleitorais locais evidenciam ainda a utilização dos espaços da oposição afim de conquistar mais terreno político e a perda de consenso do partido da situação, quando não somente da crise econômica, a perda de apoio da população aliada a mais espaços para a oposição fez com que os eleitores optassem pela mudança no voto.

Outro elemento de análise é como a imprensa maranhense vai reportar o governo do então Presidente José Sarney, figura proeminente na política local e alçado ao cargo de Vice-Presidente na Chapa Tancredo Neves, Sarney vai ter uma ampla cobertura no governo que marcava o retorno de uma civil ao posto de presidente da República.

O jornal O Imparcial foi fundado em 1926 e tornou-se mais tarde parte do conglomerado dos Diários Associados, empresa que controla vários impressos pelo Brasil, o que já demonstra sua posição de ligação mais forte com o cenário nacional. Um dos maiores jornais de circulação na ilha, bem formulado nas questões de impressão, é bem formatado e traz notícias locais, nacionais e internacionais. O Estado do Maranhão foi fundado em 1º de maio de 1973, por José Sarney e Bandeira Tribuzi depois que adquiriram o antigo Jornal do Dia, que circulou no maranhão entre os anos de 1953 até 1973. Jornal bem-organizado, onde aparecem várias colunas e parte de política, economia e cultura.

Ponto de interesse dos jornais é com relação ao colégio eleitoral para decidir o futuro presidente. Tanto O Imparcial quanto O Estado do Maranhão vão se posicionar a fim de garantir a continuidade no processo de passagem de poder.

O jornal O Imparcial, no dia 18 de janeiro de 1985, posiciona-se através do editorial “Hora de Vigilância”

A vigilância que se impõe, portanto, é como os que estão do mesmo lado. É uma vigilância, que os bons se impõem, porque desejam, realmente, que o novo governo possa conduzir o país com segurança com tranquilidade e, principalmente, como propósito de alcançar sua destinação no plano político internacional, pelo desenvolvimento econômico e pela eliminação de quaisquer perigos sociais. (Hora de Vigilância. **O Imparcial**, São Luís, 18, jan, 1985. P.4)

O Estado do Maranhão procura seguir a mesma linha editorial, na coluna de Lustosa da Costa

O discurso de Tancredo neves no congresso nacional atende a inúmeras conveniências. Não perde, com isso, o tom de reparação ao povo das diretas, que teve primeiro, antes de todos os políticos a audácia de sonhar – embalado pela hibernação cívica do regime militar – um país parecido com o que se inaugura hoje. Ainda que tarde, está convidado a tomar posse ao lado de Tancredo. Sua presença na festa era indispensável, para mostrar com quantas poses se faz uma Nova República. (O dia da caça, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 16, março, 1985. P.4)

A primeira questão a ser enfrentado pela Presidência de Jose Sarney está relacionada a morte de Tancredo, reorganizar os principais nomes era desfazer uma série de compromissos assumidos em prol da passagem de poder dos militares para os civis. Os periódicos vão reportar sempre na linha da legalidade, buscando o entendimento da linha sucessória e que Sarney tinha amplos poderes para assumir e dar continuidade ao processo de retorno à democracia.

Após a doença e operação de Tancredo neves surgiu uma grande polemica sobre quem assumiria a presidência uma vez que o mandato do presidente Figueiredo e do vice presidente Aureliano chaves termina hoje as 11 horas. Os juristas Paulo Brossard, Evaristo de Macedo filho, Armando falcão e Afonso Arinos de Melo Franco afirmam que a faixa presidencial deve ser passada ao vice- Presidente eleito José Sarney. (Tancredo é operado. Sarney assume, **O Imparcial**, São Luís, 15, março, 1985. P.1)

O Estado do Maranhão, vai buscar uma linha de redução dos ruídos contra quem não queria a posse, na coluna de Lustosa da Costa, *Oposição sim, desestabilização não*, fica clara essa abordagem

Assim também na política. É claro que ninguém vai deixar de fazer cobranças ao novo presidente somente por lembrar os anos de terror de Médici não é razoável, porém, deixemos de ver no presente o que a ascensão de Tancredo Neves á presidência da república representa de avanço notável na plenitude democrática e ajudá-lo na condução desse percurso é imperativo de bom senso. (Oposição sim, desestabilização não, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 15, março, 1985. P.4)

Após o impasse da posse ser resolvido, o problema central da sociedade brasileira era a economia, anos após o esgotamento do modelo dos militares, a sociedade vivia sob a égide da inflação, sem empregos e com baixo crescimento. Os três planos econômicos de seu governo vão adotar uma postura mais política do que fato econômica, buscava principalmente garantir as vitórias eleitorais e maioria do PMDB. O plano Cruzado tem esse enfoque, vai ser posto em prática no ano de 1986 visava sobretudo garantir as vitórias eleitorais nos governos estaduais. Posicionamento quanto ao Plano Cruzado, no Imparcial, no dia 4 de julho de 1986

Começaram os golpes contra a economia popular. Comerciantes inescrupulosos estão sangrando a bolsa do povo, contrariando as regras do plano cruzado. O recurso é mesquinho, embora eficaz contra os menos desprevenidos. Usando de artifícios conseguem os objetivos. Justificando comprarem mais caro vendem além da tabela. (...) Está errado. Ninguém deve aceitar a desculpa. O caminho para corrigir a distorção todo mundo sabe é recorrer-se ao órgão responsável pelo cumprimento da tabela – a SUNAB. Aceitar o jogo é correr o risco de prejudicar o programa do governo, que, congelando o salário de todo mundo, se comprometeu a zelar pela economia popular. Para que melhor o povo dispusesse de condições, para denunciar a infração, na qualidade de “xerifes do presidente”, seria necessário que o próprio órgão fiscalizador exigisse no ato da venda do produto, uma nota fiscal com a especificação do mesmo e do respectivo preço. (...) Assim, seria diferente. O comerciante que acintosamente desafia o plano do governo ao infringir a lei, ficaria vulnerável aos olhos da justiça, sendo passivo de pesadas multas e até de prisão de acordo com o caso. Não teria coragem de contrariar o esquema. (Desafios ao Plano, **O Imparcial**, São Luís, 04, julho, 1986. P.4)

No jornal O Estado do Maranhão o plano é observado sob a ótica de um ajuste que vai surtir efeito para o consumidor final. Com a realidade e o fracasso do plano, a popularidade do governo acabaria em baixa.

A batalha mais difícil e mais complicada desta guerra contra a inflação, inflação zero ou não, é sem dúvida a do congelamento dos preços. E a mais importante também. É a batalha que não pode ser perdida em hipótese alguma. (...) Aquela expressão popular “guerra é guerra” nunca se aplicou tão bem como nesta guerra contra a inflação deflagrada pelo próprio presidente, e abraçada com tanto entusiasmo pelos 135 milhões de brasileiros que merecem a honra de serem nomeados “fiscais do presidente”. (...) O prazo de referência do programa é de um ano, porém é apenas um prazo de referência, é bom que se frise. É impossível calcular com precisão qual será o prazo necessário para que se atinja a estabilidade econômica proposta, mas não é impossível prever que o Presidente José Sarney não permitirá que as medidas de controle impostas pelo governo sejam relaxadas irresponsavelmente sobre qualquer pretexto. (Congelamento até a batalha final, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1º, abril, 1986. P.4)

A constituinte também suscita debates nos impressos maranhenses. As disputas intensas sobre os rumos da nova constituição fizeram com que os posicionamentos fossem levados mais ao intuito de garantir com críticas suavizadas ao processo e ao produto dessa constituinte. Embora a participação de camadas sociais antes deixadas de lado do processo político, o que vai demarcar a constituinte é o forte lobby de setores muito bem organizados, sobretudo os militares que garantiram bastante benefícios ao tocante da sua atividade e poder. Ao final teremos importantes vitórias, uma gama de direitos e uma evolução significativa no sentido das leis, a crítica principal é a participação política da maioria da população ser relegada apenas a questão do voto.

Embora instalada apenas em fevereiro de 1987, já estava presente nos jornais. No jornal O imparcial a preocupação sobre o processo em julho de 1986

A comissão de notáveis presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, que recebeu a incumbência do presidente da república para elaborar um documento contendo normas para sugestão a constituição, com vistas para dar ao país uma nova carta magna intensificou nesses últimos dias o trabalho, sendo nítidas algumas ideias contidas nos documentos. (...) A futura constituição se depender de ideias tão heterogêneas, sem dúvida, que nada lhe faltara para conseguir uma consagração

pública. (Constituição dos notáveis, **O Imparcial**, São Luís, 12, julho, 1986. P.4)

Em O Estado do Maranhão, a questão central é a luta pela reconciliação nacional. O Estado do Maranhão 1º de fevereiro de 1987

O presidente José Sarney falou ontem a nação durante 13 minutos em cadeia nacional de rádio e televisão, abordando entre outros temas, a implantação hoje da Assembleia Nacional Constituinte. Salientou que os constituintes de 1987 estão realizando uma obra para o futuro, para durar, com a missão mais alta de elaborar um documento sagrado, como foi a carta do Rei João, para a Inglaterra, ou a Constituição americana, que já atravessa dois séculos. (...) com a posse hoje as 9 horas dos 487 deputados, e as 10 horas dos 72 senadores, começara a grande festa do congresso, cujo ponto alto será a instalação da 5º Assembleia Nacional Constituinte aberta com a chegada do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, que passará em revista a guarda de honra e, acompanhado do presidente da câmara Ulisses Guimarães e o 1º vice-presidente do senado Guilherme Palmeira, aguardara o presidente José Sarney no salão nobre do senado. A 28 de junho de 1985, três meses após a instalação da Nova República, o Presidente José Sarney assinou a proposta de emenda constitucional convocando a Assembleia nacional Constituinte, que a partir de hoje terá a incumbência de elaborar a 8º Constituição Brasileira. Concretizava-se, dessa forma, a primeira etapa no processo de reconstitucionalização do país e de restabelecimento do estado do direito com o fim das leis de exceção, que durante 21 anos governaram o Brasil. (5º Assembleia Constituinte do Brasil é instalada hoje, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1º, fevereiro, 1987. P.1)

Outro elemento presente nos períodos é a luta em torno do sistema de governo, se Parlamentarismo ou Presidencialismo. Aqui vamos ver o próprio esvaziamento do poder na presidência e o poder gradativo dos chefes de governos estaduais e suas bancadas que compunham a constituinte. Os governadores não viam com bons olhos o parlamentarismo, embora boa parte da constituição estivesse sido escrita nesse sentido. Na imprensa o governador do Estado o governador Epitácio Cafeteira aproveitou para criticar essa possibilidade:

A decisão do sistema de governo será a mais importante a ser tomada pela Constituinte, porque aborda os costumes políticos de um povo, e se for pra mudar, a Assembleia Nacional Constituinte, ainda que soberana, terá que consultar o povo brasileiro através do plebiscito. Se a opção for pelo sistema presidencialista que é o nosso costume político, essa consulta não se faz necessária, porque no início dos anos 60 o povo disse

não ao parlamentarismo. (Não a tese Parlamentarista, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1, setembro, 1987. p.3)

Em **O Imparcial** o governador defende o presidencialismo e faz duras críticas ao parlamentarismo no mês de julho de 1987

O parlamentarismo chegaria aos estados obedecendo o mesmo esquema de poder destinado ao governo federal. Os governadores ficariam sem qualquer poder, enquanto que o partido que tivesse a maioria dos parlamentares faria o primeiro-secretário que passaria a decidir no estado. “Os governadores foram eleitos pelo povo para governar e não serem de repente transformados em figura simbólica, tipo rainha da Inglaterra”. (Parlamentaristas estão enganando a população, **O Imparcial**, São Luís, 1, julho, 1987. p.3)

Terminado os trabalhos da constituição o ponto alto seria a eleição de 1989, a primeira a ser realizada de maneira direta, sob a égide de uma nova Constituição e com a participação massiva do eleitor. Os Jornais vão abordar muito os três candidatos mais expressivos na disputa Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste aspecto os jornais vão delegar a população um protagonismo maior nas eleições.

No jornal **O Imparcial** isso fica nítido em “O povo decide quem vai ao segundo turno”, em 15 de novembro de 1989 e durante o segundo turno, na matéria do dia 15 de dezembro no ano de 1989 “Candidatos calam. Povo decide”. O jornal **O Estado do Maranhão** vai orientar suas publicações sobretudo na perspectiva do governo posterior na matéria “O que pode vir depois do governo” no dia 17 de julho de 1989; abrindo espaço para o próprio José Sarney falar a respeito das eleições, “Importante é a democracia, avalia Sarney” no dia 16/12/1989.

A Transição e o reestabelecimento da Democracia não significaram o fim das contradições internas e disputas no seio da sociedade civil brasileira. As várias crises do capitalismo no sistema mundial interferiram nas questões locais, a ascensão do neoliberalismo promoveu e ainda promove diversas mudanças significativas na vida social. A tentativa de mudanças no projeto de dominação do

Estado partiria de um regime totalmente autoritário para um aos moldes de controle, com o primeiro projeto de abertura chamado de Distensão.

Embora o fator militar fosse preponderante na tentativa de levar toda a transição sobre sua guarda, as mudanças significativas na sociedade fizeram com que as opções dos ideólogos da transição pensassem em opções negociadas para garantir a manutenção de seus privilégios e a garantia de não perseguição com o fim eminente do regime ditatorial.

Para a obtenção do consenso nas classes que eram excluídas da sociedade, o pacto firmado em torno da Constituição garantia avanços significativos. Poderíamos pensar nesses avanços como o primeiro passo para o progresso eminente da nossa sociedade? Ou então com a ideia de resolução dos graves problemas sociais que ali permeavam? Esse fim teleológico ou até mesmo essa ideia de progresso na sociedade não se concretizaram, a sociedade brasileira teve alguns sinais de melhora, porém pouco perto do que se esperava, o futuro como esperança de progresso falhou.

Temos que atentar para o fato de que os movimentos das classes dominantes, já na constituinte, através da prática de *lobby*, moldaram a Constituição. O exercício da volta ao passado, como cita Boaventura de Sousa Santos (2002), na obra *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, deve ser utilizado como recurso, desnaturalizar essas disputas e esses projetos e as circunstâncias das vitórias desses setores é entender a dinâmica que até hoje permeia a nossa sociedade política.

Ao levar em consideração as ordens de classificação e características do autor, fica claro que o pacto feito nos anos da Transição levou ao capitalismo organizado, que tentou cumprir uma série de promessas características da modernidade essas estando inseridas não somente na ideia de progresso e desenvolvimento, elas inserem-se num contexto quase que teleológico de alcance de um patamar de desenvolvimento através de um pacto, como foi construído na constituinte de 1988, uma mudança significativa na condução do Estado e na sua relação com a sociedade antes marginalizada por completo.

Alçando um leque de direitos que como sabemos, a partir das eleições de 1989 já entrariam em confronto com o projeto que surgia na disputa do sistema capitalista mundial e ia contra esses direitos e a própria relação do Estado com a

sociedade, o projeto neoliberal começa com uma feroz contrarreforma modificando as relações dentro da sociedade.

Outra importante análise, do ponto de vista de Boaventura é quanto ao desencantamento desses projetos, em função de um maior prognóstico da realidade para o enfrentamento dos problemas em face dessas promessas não alcançadas com a modernidade. Embora o autor trabalhe numa perspectiva de análise de Portugal, um país situado na semiperiferia da Europa, Boaventura permite pensar a realidade brasileira na periferia do mundo, com estruturas de subdesenvolvimento e, portanto, mais inviabilizado frente ao sistema mundo. Os projetos que levam a nossa sociedade ao terceiro período do capitalismo crescem e afetam diretamente o projeto de desenvolvimento calçado na realidade brasileira em relação ao mundo.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO, ENSINO DE HISTÓRIA E TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS

2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

A trajetória humana traz consigo as mais diversas formas de se transmitir conhecimento em seu decorrer. Desde a antiguidade até nosso contexto atual percebemos que a educação tem como propósito também a passagem de coisas que não podem ou devem ser esquecidas.

O movimento de educar é algo natural do homem. Ele caminha em busca de aprender e de ensinar o que sabe. Ainda nos tempos da hominização vemos um exercício de se entender a realidade e a passagem de aprendizagem concreta e o potencial de se transformar e modificar.

O ser humano pode ser entendido como um rascunho sempre em face de ser terminado, sempre tendo algo a ser adicionado. Edgar Morin (2004, p.76) aponta que a educação além de necessária teria surgido com o homem, pois cada pessoa já nasce com um potencial de ser ensinada e com o tempo esses ensinamentos são imbuídos de um objetivo e recorte para cumprir determinada função.

Tendo em vista o modo pelo qual a educação foi concebida, a entendemos como um movimento de criação da burguesia em meados do século XVI destinada a dar instruções, disciplina e moralidade. O cenário de revolução na França trouxe algumas mudanças na formatação dos objetivos educacionais. Todavia, em terras brasileiras, só o Movimento dos Pioneiros e a Nova Escola fizeram essa mudança como já comentado.

A educação não deixou de passar por alterações e comutações em faces da modernidade. A propósito, os desafios são frequentes e se mostram ligados principalmente ao acesso que teoricamente seria para todos de acordo com texto da Constituição de 1988 que junto a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e a Base da Educação Nacional que democratizaram ou, pelo menos, tentaram democratizar o ensino e promover um melhor ensino no país. Buscando Paulo Freire (1996, p.32), entendemos que a educação tem por primazia a humanização do mundo através de uma formação de cunho cultural e transformador, abrindo não só a mente, mas também o coração para que a construção do saber seja compartilhada a nível social pois, é preciso se modificar: isso seria uma necessidade humana.

A educação no contexto escolar sempre trouxe como principal objetivo prover instrumentos para que o alunado consiga apreender conceitos, saberes e conteúdos transmitidos de geração em geração, visto que “o passado comunica o presente, o presente dialoga com o passado” (OLIVA, 2003, p. 423). Partindo desse ponto, compreende-se que o ato de aprender está inteiramente ligado aos fenômenos de transformações, permanências e rupturas. A dialética entre ensino e aprendizagem traz à tona a essência do que é o ato de ensinar.

Educar é também um ato de humanizar. Para Demerval Saviani (1991), a educação deve ser compreendida como a ação de transformar e o resultado disso é a criação de uma visão mais abrangente e ampla. Seguindo Paulo Freire (1982, p.77), a educação deve ser utilizada como criadora de consciência e não como ferramenta de depósito de conteúdos, demonstrando e fornecendo meios de problematizar as relações do homem com o mundo é o caminho para que a escola e o professor produzam consciência e criticidade nos alunos.

O conceito de ensino foi sendo construído ao longo da história com diversos tipos de construção e orientação. Do ponto de vista filosófico, o ensino e ato de ensinar recaem sobre uma atividade que promove sobretudo aprendizagem e visa construir uma espécie de intelectualidade em quem aprende para que este possa desenvolver de forma independente seu modo de entender diferentes coisas:

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simplesmente (KOSELLECK, 2006, p. 108).

A História enquanto disciplina está presente no Brasil desde a formação dos estados tendo como objetivo ensinar a origem destes, bem como uma História Sagrada que tinha um cunho religioso e juntava ensino à catequese durante o Brasil Império.

Porém, muitas foram as mudanças pelas quais o conhecimento histórico escolar se viu envolto, fruto principalmente de transformações de caráter político e social. Em 1889 com o estabelecimento da República e a remodelação social, se entende a educação como algo transformador e nesse sentido a História passa a ter uma função patriótica:

A História passou a ocupar no currículo um duplo papel: o civilizatório e o patriótico, formando, ao lado da Geografia e da Língua Pátria, o tripé da nacionalidade, cuja missão na escola elementar seria o de modelar um novo tipo de trabalhador: o cidadão patriótico (BRASIL, 1997, p. 20).

Os principais conteúdos de História no Brasil tinham como objetivo a constituição e a formação da nacionalidade, com seus heróis e marcos históricos, sendo a pátria principal personagem desse tipo de ensino (SCHMIDT, CARNELI, 2010, p. 13).

A disciplina continuou sofrendo mudanças de acordo com os ventos sociais e políticos que o país enfrentava. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) temos uma ligação direta com o sistema político que estava em vigência. Já durante o regime militar que teve início em 1964 houve um controle maior ainda sobre o currículo escolar e com isso a disciplina sai de cenário.

Nesse período, História e Geografia foram unidas em uma só disciplina que tinha como nome “Estudos Sociais”. Essa junção acarretou debilidade tanto de uma quanto de outra, sendo assim esvaziado qualquer contorno ideológico, tornando assim a educação parte do projeto nacionalista organizado e implantado pelo governo militar.

Já na década de 80, temos mais uma mudança que se refere ao retorno da disciplina de forma única com seus próprios debates e conteúdo, traçando objetivos que iriam percorrer com maior vigor a construção da identidade brasileira. Essa mudança é o primeiro passo para a observação de uma relação passado-presente na busca pelo entendimento dos fenômenos sociais.

Como já vimos anteriormente, a educação e o Ensino de História estão sempre atrelados a ideia de formação e construção dos sujeitos em virtude dos projetos políticos de cada época. Na Ditadura não foi diferente, a partir do golpe de 1964, a educação vai ser ponto importante de disputa, centralizado em dois aspectos principais. O primeiro vai estar relacionado ao modelo econômico e de desenvolvimento defendidos pelo projeto de poder que tomou o Estado brasileiro. A visão de modernização da economia mais atrelado ao capital multinacional e a economia capitalista mundial, nesse sentido, faria sentido formar uma mão de obra voltada apenas para as exigências do mercado, e está por sua vez seria extremamente tecnicista, uma das marcas da educação imposta pelo projeto militar. Essa formação técnica se daria também pelos constantes golpes perpetrados contra

a classe trabalhadora durante a ditadura, e de um mercado que viria a arrochar os salários dos trabalhadores como também os perseguir, desarticular suas ações e até mesmo cooperação de empresas, como foi o caso da Volkswagen.⁹

Esse tipo de cooperação visava ainda a adequação dos concluintes dos sistemas de ensino na possibilidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais atrelado ao capitalismo mundial.

Nascimento (2016), discorre sobre como o governo foi taxativo na tentativa de enfraquecer as áreas de ciências humanas, “Na ditadura foi negado à História o estatuto de disciplina autônoma; aliás, ela desapareceu do currículo no primeiro grau, com a introdução dos Estudos Sociais. E só no segundo grau, numa única série, a História era obrigatória.” (NASCIMENTO, 2016, p35.)

Aliado a esse pensamento outras transformações importantes impactaram de forma semelhante o ensino. A criação da disciplina de Estudos Sociais, que buscava demonstrar conteúdo sem a complexidade devida, somente de maneira superficial, sem as problematizações necessárias as disciplinas de Geografia e História. O objetivo, segundo Nascimento (2016), era claro, dissolver o conhecimento histórico escolar e evitar uma formação mais substancial dos alunos.

Além da disciplina de Estudos Sociais foram criadas as de Educação Moral e Cívica (EMC) e a de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), completavam o projeto de retirar da história uma importante função da sala de aula. O intuito era utilizar a escola como um espaço para divulgar e forjar além de trabalhadores menos críticos a própria ideia do regime como algo positivo. A educação e o Ensino de História seriam alinhados a ideia de legitimar os militares que tomaram o poder em 1964.

Outro ponto nesse projeto que visava modificar as estruturas educacionais pode ser encontrado nas mudanças relacionadas a formação docente. As Licenciaturas Curtas demonstravam o desinteresse e o desprestígio com os profissionais para além dos já formados perderem uma fatia considerável do mercado de trabalho em função das modificações e extinções das disciplinas na educação básica.

⁹ Empresa alemã foi acusada de colaborar com os militares delatando seus próprios funcionários. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-24/volkswagen-assina-acordo-milionario-de-reparacao-por-colaborar-com-ditadura-e-abre-precedente-historico.html>. Acessado em 22/03/2021.

Com a perda do poder político e caminhando para o começo do processo de saída do poder, os sistemas de ensino começaram a passar por transformações. A disciplina de história também vai ser modificada, já em 1986 ela retorna enquanto disciplina autônoma, somando-se isso a ideia da redemocratização, temos como pano de fundo um apelo por maior participação social, política, uma formação que fugisse do ideário militar que evocava apenas um tecnicismo e a defesa de valores morais, cívicos, era preciso uma formação de acordo com o momento que o país atravessava e os desafios que a sociedade viria a enfrentar enquanto uma sociedade que rumava, mesmo que a passos lentos, para um regime democrático.

A educação trabalhada na aula de História traz uma característica marcante nos últimos anos: a promoção de uma consciência no estudante da percepção deste como sujeito histórico através da observação dos seus antepassados no ato de construir o que temos hoje (ABUD, 2004, p. 19). A história promove a possibilidade de se criar jovens que se admitem como parte da história comum e que de alguma forma são reflexo e resultado daquilo que estão estudando.

O ensino de História tem um papel bem característico quando nos referimos ao objetivo de tornar o aluno um ser pensante e principalmente imbuído de uma noção de identidade e de criticidade. Ensinar História é sobretudo fazer com que a criança desenvolva uma consciência histórica partindo do entendimento de sua própria história e enquanto ser histórico, ou seja, pensar o ensino da disciplina histórica com um viés de transformação em caráter coletivo e pessoal.

Tornar o aluno crítico é fazer sobretudo com que ele considere que a História não se faz ou aprende acumulando fatos ou datas, mas para que consigam se perceber enquanto autores de suas próprias histórias e coautores da história coletiva que escrevemos todos os dias. Dentro disso, temos a noção de tempo e espaço para que os estudantes se localizem socialmente na sociedade.

Trabalhar no alunado em questão a consciência da cultura, dos costumes, tradições e memórias de sua região, estado e país busca traçar um caminho que torne possível a descoberta de onde vem para que se tenha condições de projetar para onde vai, com base em ferramentas ofertadas pelo professor de História: “o estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da

própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido” (BITTENCOURT, 2013 p 27).

A forma mais substancial de se produzir tais ferramentas é apresentar aos alunos um percurso que o faça compreender não só a realidade, mas também como se dão as particularidades, as permanências, as mudanças e continuidades. O ensino de História surge então como um mecanismo de reconhecimento de identidade e localização social.

Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como um ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos (PINSKY; PINSKY 2013, p.28).

A forma como o professor de História dialoga com a caminhada do homem no tempo e seus fenômenos sempre devem buscar estabelecer debates que permitam que os alunos construam pensamento e senso crítico, tendo em vista a função social que a disciplina se propõe ao compor o currículo. Ir para escola aprender sobre os acontecimentos é fazê-lo entender a diferença primordial entre o tempo social¹⁰, tempo histórico¹¹ e tempo físico¹² (ABUD, 2004, p.19).

Nesse caminho, história se faz na construção de um entendimento de que é fundamental que os alunos possam articular a dimensão histórica dos acontecimentos e como estes têm reflexos na vida em sociedade, na construção da identidade e na formação cidadã através destas noções de tempo e das noções de espaço. Estabelecer o aluno como um sujeito histórico o torna sensível para questões sociais, culturais e de respeito ao outro por meio de vivências do seu povo, trazendo sempre o cotidiano dos alunos como referência primeira.

Entender os caminhos que levaram à configuração da História como ciência, seu reconhecimento e sua multiplicidade é percorrer um longo caminho. Em suas várias nuances a história contempla categorias que vão desde a história massiva, a história acadêmica e o Ensino de história, como pontua Maria Auxiliadora Schimidt (2004).

¹⁰ O tempo que se refere a vivências, sejam elas coletivas ou individuais. Se apresentam numa perspectiva histórica e demonstram as experiências vivenciadas pelo ser humano ou pelo fato de comparar o que houve, com o que ainda pode haver.

¹¹ Cronologia, datação e períodos que correspondem a vida social, tais como “Anos de Chumbo”.

¹² Estações do ano, movimentos da terra, temperatura, clima e passagem do tempo.

Embora sejam parte da história em sua amplitude, elas têm características distintas, de modo que cada uma delas tem especificidades e finalidades; a história massiva visa de maneira a gerar uma síntese com poucas hipóteses. A acadêmica tem em geral a função de levar mais hipóteses em consideração e possibilitar análises múltiplas, além de formar o historiador.

O Ensino de história engloba características de ambas, porém, comunga um parentesco maior com a acadêmica. Embora não vise a formação de um historiador, ela está ancorada sobre a visão da cultura escolar. Segundo Dominique Julia (1998), esta liga-se a um conjunto de ações que dentro do ambiente escolar constituem etapas e procedimentos para a reflexão do ensino. Em síntese, o Ensino de História deve gerar uma reflexão do aluno, a criação de uma consciência histórica, fazendo com que possa se situar no mundo e encarar seus desafios a partir de elementos presentes nas reflexões, mesmo que singular: que possibilite ao aluno a formação da consciência histórica dos atores nessa relação.

Para tanto, será necessário utilizar elementos que auxiliem a chegar ao objetivo da formação dessa consciência. Circe Bittencourt (2008) destaca sobre os elementos constitutivos que permeiam o Ensino de História. Ponto central em suas análises, a alusão de que a disciplina histórica só poderia ser oferecida na fase do ensino médio, leva em conta que o Ensino de História precisa de assimilação e entendimento de conceitos. A discussão leva ainda em consideração a produção de elementos-chave para análise do campo da psicologia e o modo como estes estudos influenciavam a prática do ensino.

A partir de duas teorias-chave, de Piaget e Vygotsky, a autora, mesmo sem pretensão de uma análise completa da obra de ambos, faz uma discussão sobre seus principais conceitos, especialmente os que serviam de baliza para o impedimento do ensino de história ao ensino fundamental, ao citar Piaget que leva em consideração o amadurecimento e assimilação na aprendizagem. Em contraponto a essa corrente, Vygotsky procura considerar não somente a maturidade. O autor traz em sua análise o conhecimento que o aluno já tem na sua vida, o senso comum e as interações como forma de mostrar que é possível o aprendizado em história e a assimilação de conceitos pela linguagem. Ainda nesse sentido, o trabalho de Helenice Rocha (2017) juntamente com outros autores, elabora uma problematização pertinente ao Ensino de história. Toma por base a discussão que há

hierarquização entre a história acadêmica e o magistério e evoca uma abordagem no contexto da aula, espaço do professor, que ao utilizar de elementos da historiografia também faz história, sem que essa prática seja diminuída pelo espaço escolar. Propõe ainda uma mudança crucial, mesmo com diferenças entre o mundo acadêmico e o ambiente escolar, e que é possível abordar a aula como um texto, dando mais força ao trabalho do professor que utiliza da historiografia combinada com outros recursos e possibilita a reflexão no aluno e em si. Ainda nessa linha, Michel de Certeau (ANO) leva em consideração a abordagem sobre a questão relativa a produção da história seja ela acadêmica ou voltada para o ensino. O autor aborda o lugar de produção e elenca também elementos que estão presentes no momento desse trabalho do historiador.

O lugar social da produção traz consigo elementos de aceitação e negação, o que acaba por provocar silêncios e não-ditos. A discussão está presente na obra Helenice Rocha (2017). Ao tomar como elemento norteador o trabalho de Certeau, a autora não deixa de levar em consideração o lugar de produção da história acadêmica, com suas regras e amarras, o que torna a discussão sobre a hierarquia entre as histórias explicável do ponto de vista da comunidade que a produz.

Em sala de aula deve haver a união entre o senso comum trazido pelos alunos e sua transformação, através da mediação de conceitos para o processo de ensino-aprendizagem. Katia Abud (1998) elenca como problema o fato de a tradição muita das vezes impedir o avanço de novas possibilidades dentro do campo da história. Esse alerta serve para todos, a operacionalização da história deve ser feita sem hierarquias, sem sedimentações ideológicas ou conceituais, para assim não permitir que essa tradição impeça o avanço da história.

É necessário colocar no debate em sala de aula as discussões acerca do Estado, as disputas pelo poder, as diretrizes que isso pode alcançar sobre desagregos sociais que possam equiparar direitos das liberdades individuais, expressão, comunicação, de escolha democrática de possibilidades de modelos de sociedade, que entrelaçam, portanto, discussões econômicas e políticas. A importância da discussão em sala de aula sobre esta temática se torna imprescindível para reparações e fortalecimento de políticas educacionais que contribuam para a educação em cultura política.

Em 2017 houve a instauração da Lei 13.415/2017 cujo principal

desdobramento foi à modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que alterou e inaugurou a reforma do novo Ensino Médio e como resultado instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que baliza, desta forma, todo o conteúdo pedagógico e educacional do Ensino Médio, regula e direciona os processos de ensino e aprendizagem, estabelecendo os conteúdos obrigatórios e as possíveis flexibilidades de temas.

É de grande importância tomar como base estas e outras diretrizes da educação para pensar uma elaboração prática em que seja possível aproximar os saberes escolares e acadêmicos, inserindo o processo de Transição Política do Brasil, destacando as rupturas e continuidades entre o regime ditatorial e o democrático.

Os discursos sobre movimento político, alusão a períodos passados como sendo diretamente relacionados aos dias atuais, discursos violentos e que ferem os direitos humanos e suas liberdades individuais, são ignorados ou simplificados pela falta de recursos didáticos para construção de uma análise crítica.

Desta forma, compreendemos que os assuntos que estão relacionados ao período da Transição Política do Brasil, e que abordam as mudanças de regimes são pouco ou às vezes inexplorados. Diante desta discussão, torna-se necessário construir pontes do conhecimento que consigam (re)elaborar essa problemática.

Nesta perspectiva, as práticas pedagógicas são centrais, uma vez que na relação ensino-aprendizagem na área do Ensino de História estão presentes os fatos ocorridos, a prática reflexiva e o esclarecimento dos tempos passados, dos dias atuais e da capacidade de elaboração do planejamento crítico sobre as bases, os moldes e os formatos de sociedades que os sujeitos podem apontar como caminhos.

O Ensino de História neste aspecto se torna de fundamental importância como ferramenta principal de transformação deste acesso a discussão da temática e responsável pela construção de indivíduos críticos capazes de fomentar a discussão e enriquecer a sociedade na tomada de decisões assertivas a partir do conhecimento histórico.

Ainda nesse sentido, compreendemos o Ensino de História em uma abordagem ampliada, que caracteriza e garante de forma instrumentalizada a elaboração prática de elementos potencializadores para o convívio social. Desta

maneira, pode-se compreender a utilização do ensino em História para engrandecer os debates:

Assim, a finalidade de uma formação política atribuída ao ensino de história está articulada a outra significativa finalidade: a da formação intelectual. A formação intelectual pelo ensino da disciplina ocorre por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um “pensamento crítico”, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente – passado – presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado (BITTENCOURT, 2008, p.122).

O desenvolvimento dessas habilidades torna indivíduos críticos e cidadãos pensantes, que advém da exploração de temas que proporcionem a discussão de maneira coesa e didática. O Ensino de História deve ser utilizado como agente de transformação social e elaboração de práticas democráticas e que desenvolvam a cidadania.

Estimular o enfrentamento da violência cotidiana dos próprios alunos exige trabalhar em sala de aula conceitos norteadores, como Democracia, Estado Democrático de Direito, Cidadania, entre outros, não de forma abstrata. Para conduzir os alunos a tal reflexão, faz-se necessário o entendimento mais aprofundado do período da Transição, que não pode ser compreendido como um evento demarcado temporalmente, uma vez que muitas marcas do período ditatorial ainda estão presentes nos dias atuais.

Nesse sentido, ampliar o conceito de História para um movimento contínuo em que se constitui como necessário para a compreensão sobre os processos atuais, não como herdeiros diretos, mas com a utilização das mesmas estruturas anteriores, torna-se uma ferramenta eficaz dentro do ambiente escolar, espaço propício ao debate e a reflexão sobre a sociedade, o que contribui para a formação do aluno através do Ensino de história.

2.2 FIM DA DITADURA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A trajetória do livro didático é considerada difusa. Alguns pesquisadores remontam sua origem ao século XIX como complemento ao livro da Bíblia que era utilizado em sala, já outros autores escrevem sobre a utilização do livro didáticos em tempos anteriores, na idade antiga.

Já no Brasil, o livro didático tem seu surgimento em meados de 1929, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro (INL) que foi criado para dar legitimidade ao processo de criação das obras didáticas. Porém, inicialmente todas as ideias ficaram no papel e data-se de 1934 durante o governo de Vargas a elaboração de um dicionário de cunho nacional e enciclopédias com destino a bibliotecas públicas.

Já em 1938, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde propõe através de um decreto-lei a fiscalização de obras produzidas com destino a sala de aula, objetivando maior controle escolar:

O ministro do Ministério Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo brasileiro, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de decreto-lei para fiscalizar a elaboração dos livros didáticos[sic]. A comissão foi criada em 1938 e ‘estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde’ (FERREIRA, 2008, p. 38).

Ao longo dos anos muitas foram as formas de controle construídas para os livros didáticos. Criou-se a Fundação de Assistência ao Estudante¹³ (FAE) que mais a frente seria extinta para o aparecimento do Programa Nacional do Livro Didático¹⁴ (PNLD) e após para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação¹⁵ (FNDE), iniciando assim a produção em massa dos livros didáticos.

¹³ Art. 2º. A Fundação de Assistência ao Estudante, entidade sem fins lucrativos, instituída como o principal instrumento do Ministério da Educação e Cultura para a execução da Política Nacional de Assistência ao Estudante, nos níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus, tem os seguintes objetivos básicos, para os quais lhe serão assegurados os recursos financeiros necessários: I - oferecer subsídios ao Ministro de Estado da Educação e Cultura na formulação de políticas de assistência ao estudante; II - promover a melhoria da qualidade do material de apoio ao ensino; III - contribuir para o equilíbrio dos custos de mercado dos materiais de apoio ao ensino; IV - elevar os níveis de alimentação e nutrição do estudante, com vistas ao seu melhor rendimento escolar; V - assegurar, mediante ação complementar, oportunidade de acesso à educação a quantos demonstrem efetivo aproveitamento e falta ou insuficiência de recursos; VI - proporcionar apoio técnico e financeiro aos serviços de assistência ao estudante dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

¹⁴ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.

¹⁵ O FNDE, autarquia criada pela Lei Federal nº 5.537, de 1968, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação – MEC, tendo como missão prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios, como forma de contribuir para a implementação de parcela das ações educacionais desenvolvidas pela União.

Durante o Regime Militar tivemos uma severa desmobilização e falta de investimento na educação por meio de privatizações e uma transformação pedagógica no que se refere ao objetivo muito mais repressor e formador de um tipo de cidadão ideal através da educação. A Doutrina de Segurança Nacional tem um caráter bastante interventor no que seria veiculado ou não no livro didático:

Em 1966, sob a égide da ditadura militar foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático. Para assegurar recursos governamentais, contou-se com o financiamento proveniente do acordo MEC – USAID (United States Agency for International Development). O aporte de recursos públicos garantiu a continuidade do livro didático que, a partir de então, ocupou lugar relevante nas preocupações do Estado brasileiro que, mais uma vez, pretendia ter o controle sobre o que e como se ensinava (BEZERRA E LUCA, 2006, p. 30).

A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. Deste modo, o uso do livro didático tornar-se um instrumento de repressão e contenção do Estado, e sua distribuição passa a ser maciça para atingir estes fins (MIRANDA, 2004, p. 125).

O livro didático, durante esse período, nada mais foi que uma ferramenta de repressão. Até meados da década de oitenta com o retorno de disciplinas como História e Geografia apontam também o retorno dos livros próprios de cada uma das disciplinas. Promovendo então o movimento de livros didáticos por demanda depois de muito tempo.

Atualmente, se juntam ao PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) que foi criado em 2004 e o Programa Nacional do Livro para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que foi criado em 2007.

A utilização de livros didáticos em sala de aula é umas das principais se não a principal metodologia que o professor utiliza nesse ambiente. É veiculador de conhecimento de forma sistematizada e tem espaço privilegiado dentro das escolas através de programas de distribuição nas ensino público.

Desde seu início o livro didático trouxe uma ambiguidade [sic] em relação ao seu público. A figura central era a do professor, porém a partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo deste, para transcrever ou ditar. Observou-se que o livro precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. Esta mudança de perspectiva, passar a ver o aluno como consumidor direto do livro, sinalizou tanto para autores quanto editores, que era necessário modificar o produto para atender novas exigências, transformando e aperfeiçoando sua linguagem. Neste sentido, as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos gêneros didáticos, como os livros de leitura e os livros de lições. (BITTENCOURT, 2004, p.164)

Apesar de ser um instrumento e elemento centralizador do ensino no Brasil há bastante tempo, o livro didático se tornou objeto de pesquisa, em certa medida, de forma recente. Seu aspecto efêmero e até descartável dentro do mercado editorial fez esse tipo de produção ser desconsiderada por muito como um material que merecesse atenção do ponto de vista acadêmico.

O livro didático não só guia o estudo, investigação e entendimento do conteúdo, mas tem uma parte fundamental na forma como aquele aluno vai ver o mundo, o modo como vai agir diante dos acontecimentos e entender o que ali está escrito. Muitas vezes se utiliza do livro didático como único material condutor da aula, então, claramente se faz importante uma observação com mais cautela nesse instrumento.

Forquin (1992) nos traz uma ideia de que o livro didático é resultado de intenso processo de seleção de conteúdo, cortes políticos, priorização de valores, ideias e conceitos sociais em detrimento de outros e uma transmissão e reestruturação didática capaz de produzir saberes e noções diversas de acordo com que ali foi apresentado. Nessesentido, o livro escolar é uma ferramenta, mas também é documento histórico.

E diante disso tudo, esse objeto é ainda uma mercadoria. E isso tem uma importância muito grande quando entendemos que ele foi criado para ser distribuído e largamente consumido. Portanto, existem relações nas entrelinhas das

páginas que mexem não só com cultura, mas também com Estado e economia. Ora, vivemos em uma sociedade capitalista e o livro didático não está distante dessa realidade, com a diferença, ou melhor, o acréscimo de uma situação que é regulada pelo Estado.

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História, Geografia e demais disciplinas. Uma outra novidade, visando à aceitação maior do livro didático, foi o lançamento dos manuais dos professores, pela Editora Ática, em meados dos anos 60. Estes manuais, além de trazerem a resolução de todos os exercícios propostos, forneciam (e alguns ainda o fazem) os planejamentos anuais e bimestrais prontos para o professor (FONSECA, 1994, p. 139).

Se pensarmos a trajetória que o livro didático passa até a sala de aula, perpassamos ainda o interesse das editoras e grandes grupos editoriais que muitas vezes são fonte de um mercado altamente lucrativo no que se refere ao contexto político que envolve investimentos promovidos pelo Banco Mundial na promoção de investimentos em livros que de alguma forma tentem ocupar o espaço deixado por uma formação docente deficitária.

Em matéria do jornal Folha de São Paulo “*Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar*”¹⁶, o então ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez afirmou que faria modificações nos livros de história sobre o golpe de 1964 e a Ditadura subsequente. É interessante observar a importância que o livro didático de história assume e ao mesmo tempo entender as dinâmicas aos quais sua fabricação, compra e distribuição estão inseridas.

Embora nos processos o ambiente democrático seja presente nas legislações que dão suporte a esse seguimento, desde o edital até a possibilidade de participação da comunidade nas escolhas dos livros há embate político e sobre projetos de sociedades distintos demarcando suas posições, fazendo sentido a preocupação da comunidade escolar sobre falas como essa do ministro.

O livro didático é um material de importante valia: contribui para direcionar as práticas educativas e despertar reflexões acerca dos pensamentos críticos e da percepção de mundo. É importante ressaltar que o livro didático é um

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml> acesso em: 01/08/2020.

produto auxiliar para construção do plano de aula do professor e para a fixação de conteúdos propostos. No entanto, podem ser otimizados com materiais complementares que contribuam para o processo de aprendizagem e ensino, como documentos escritos, fontes iconográficas e orais.

Compreendemos que o livro didático também é fruto de uma ordem ideológica vigente, tanto por aqueles que o elaboram, e dessa maneira determinam quais os conteúdos estarão dispostos e de que maneira serão abordados, quanto aqueles que fazem adoção dos próprios livros, conforme as suas escolhas e compreensões políticas e sociais.

Em todo livro de aprendizagem, há sempre um excedente em relação a essa aprendizagem, seja nos manuais contemporâneos ou naqueles do século XVII. Há sempre na escolha dos exemplos a inculcação de uma ideologia (CHARTIER, 2001, p. 249.).

O alcance no âmbito escolar deve-se a partir das demandas trazidas pelos próprios alunos, através das exposições sobre as informações disponibilizadas nos meios de comunicação e mídias sociais disponíveis sobre o assunto, que por muitas vezes não conseguem compreender ao que são expostos e ao que está sendo discutido. A carência de recurso teórico e intelectual do aluno torna-os vulneráveis aos discursos e a possíveis tomadas de decisões sobre a sociedade em que vivem.

O processo de escolha do livro didático é longo e passa por vários momentos dentro da estrutura do ministério da educação com a participação de um amplo leque de profissionais da educação. Embora esse processo tenha acompanhamento de vários profissionais é importante pontuar que as disputas políticas da sociedade também estão presentes nos materiais didáticos.

O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), datado de 1985 com operacionalização em 1996, é a ferramenta utilizada pelo Ministério da Educação - MEC no sentido de coordenar as escolhas e possibilidades analíticas por parte da comunidade escolar. Para tanto ele se baseia em um edital, onde os livros são inscritos e passam por uma análise de profissionais afim de garantir que o livro atenda uma serie de critérios definidos para atender de maneira satisfatória os elementos presentes na Constituição, LDB, edital do PNLD e a nova BNCC.

Após a aprovação dos livros, elabora-se um guia digital onde se encontram as obras. Nesse documento existe uma quantidade de princípios e critérios que devem nortear as escolhas dos professores.

Em se tratando dos livros de história, o novo guia digital já se encontra balizado pela BNCC e tem que atender a critérios presentes no documento aprovado em 2018. As características gerais do PNLD são descritas pela autora Maria Luiza Barros:

O objetivo deste programa seria avaliar livros didáticos e distribuí-los nas escolas públicas brasileiras. Sua execução ocorreria em ciclos trienais, cada um deles destinado a um nível escolar (ensino fundamental menor, ensino fundamental maior e ensino médio). As editoras submeteriam suas coleções ao edital do PNLD para serem avaliadas por especialistas de cada área, conforme as normas deste documento. Em seguida, seria produzido o Guia do Livro Didático com resenhas dos materiais aprovados para as escolas públicas escolherem as coleções que melhor se adequassem ao seu projeto político pedagógico, sendo papel do Estado efetivar a compra e distribuir aos alunos (BARROS, 2019).

Todas essas regras garantem, em tese, um processo democrático de escolha e possibilidade de financiar um programa que tem um alcance muito grande na realidade da educação no Brasil, ao levar em consideração a importância do livro didático na escola, esse processo acaba atraindo vários interesses, sobretudo na área de história, seja pelo viés financeiro, da viabilidade de venda de uma quantidade de livros, seja por critérios políticos inseridos nos editais desses livros, visando um possível tentativa de revisionismo por parte de governos. O livro também assume um papel fundamental dentro do contexto escolar, como pontua Marco Antônio Silva:

A grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas é um dos fatores que justifica a sua permanência como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores (SILVA, p.805, 2012).

Ao passar para a análise dos livros a respeito de como se apresentam a discussão sobre a Ditadura e o retorno aos quadros democráticos, faz-se necessário entender que as legislações educacionais passam por várias reformas recentes que visam modificações sobre o modelo de ensino brasileiro. Palco de intensas disputas políticas, o modelo educacional não fica a parte da esfera pública. O Brasil passa por uma instabilidade política forte que começaram a demarcar até mesmo os próprios livros de história, as jornadas de junho de 2013, o impeachment da presidenta Dilma, demarcam disputas políticas que desembocam nas questões educacionais. As principais reformas e recentes estão inseridas em contextos de intensa disputa. A reforma do Ensino Médio e a BNCC, estão dentro de uma ampla discussão não somente da comunidade escolar, outros setores da sociedade atuam de maneira muito presente nessa discussão.

Farei uma análise sobre quatro livros didáticos que vão configurar dois do PNLD 2018 e dois livros do PNLD 2021, nessa linha vai ser interessante observar as mudanças ocorridas nos livros frente não somente as novas legislações, sobretudo ao período político recente e sobre a égide do novo Ensino Médio, que tem desafiado os educadores no sentido de sua aprovação não ter sido feita com o consenso da comunidade escolar.

Analisaremos os livros *História, Sociedade e Cidadania*, do autor Alfredo Boulos¹⁷; *História 3: Passado e Presente Do Século XX aos dias de hoje* de autoria de Gislane Azevedo¹⁸ e Reinaldo Seriacopi¹⁹, ambos oriundos do PNLD 2018. No PNLD 2021 analisaremos a Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania dos autores Alfredo Boulos Jr., Edilson Adão²⁰ e

¹⁷ Doutor em Educação pela PUC. Mestre em ciências pela USP. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a diretoria técnica para o desenvolvimento da educação.

¹⁸ Mestre em História Social pela PUC. Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos ensinos Fundamental e Médio nas redes privada e pública. Coautora da coleção Teláris (Editora Ática) para alunos do Ensino Fundamental II.

¹⁹ Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP). Editor especializado na área de História. Coautor da coleção Teláris (Editora Ática) para alunos do Ensino Fundamental II.

²⁰ Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Geografia há 20 anos no Ensino Médio e Superior.

Laercio Furquim Jr²¹. e a coleção Prisma: Ciências Humanas: Política e Ética em ação: Cidadania e Democracia. Ambas do Ensino Médio. Embora façam parte de uma coleção de seis unidades, essas duas escolhidas apresentam o tema da ditadura para o ensino médio.

Os dois primeiros livros compõem as escolhas do PNLD 2018 e contemplam a modalidade Ensino Médio. Os dois últimos já fazem parte das escolhas do PNLD 2021. Farei as devidas apresentações dos livros e suas características a respeito do tema e uma análise sobre a abordagem dos autores já visando a inclusão de intervenções na unidade didática.

No livro *História, Sociedade e Cidadania* os três capítulos analisados têm uma ligação direta com o tema da Transição Política Brasileira. Eles trazem consigo elementos fundamentais para compreender a proposta do autor. Mesmo sendo trabalhados em partes, eles constituem o todo do que foi a Ditadura no Brasil.

²¹ Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Geografia há 20 anos no Ensino Médio e Superior.



Figura 1 – Capa do Livro História Sociedade & Cidadania (Alfredo Boulos Júnior)

O capítulo 10 apresenta um recorte maior, que compreende anos de 1945 a 1964, intitulado *De Dutra a Jango: uma experiência democrática*. Nesse sentido, importante frisar a análise sobre o Golpe de 1964 para entender que linha o autor segue sobre o momento político do início da Ditadura, e se vai acompanhar a análise pelo tema da Transição. O capítulo 11, *O Regime Militar* e no capítulo 13 temos a apresentação do Brasil e a Nova Ordem Mundial, indo do governo José Sarney até o *impeachment* de Dilma Rousseff.

No capítulo 10 o autor começa a trabalhar o conceito de Democracia para explicitar, mesmo com as contradições do período, como foi possível o período da experiência democrática. Durante a obra fica a impressão de uma forte utilização dos marcadores políticos e econômicos para explicar os períodos.

Figura 2- Página do Livro referente á discussão sobre Reformas de Base




Na análise sobre o governo João Goulart (1961-1964), o autor segue com os problemas de sua posse em função da renúncia de Jânio Quadros (1961-1961) e uma ênfase maior sobre as Reformas de Base. No livro as reformas são colocadas pelos grupos sociais que as defendiam, evidenciando os projetos em disputa na época.

A leitura do autor continua com a radicalização de Jango, através das reformas e a resposta da sociedade com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. O autor utiliza-se dessa participação nas manifestações contrárias a Jango para encadear o tópico sobre o conceito “o Golpe Civil Militar de 1964”:

Com o golpe civil-militar que derrubou João Goulart em abril de 1964, os militares tomaram o poder político e nele permaneceram por 21 anos. A justificativa para o golpe foi a necessidade de restabelecer a hierarquia e a disciplina e livrar o país da “ameaça comunista”.

Militares no poder

Uma junta militar formada por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) assumiu o comando do país e, logo nos primeiros dias de abril, desencadeou uma violenta repressão contra pessoas, grupos e órgãos ligados ao governo anterior. Estudantes e jornalistas foram duramente atingidos: vários deles foram presos sob a acusação de “subversivos” (nome que o governo dava aos que discordavam dele); o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, foi incendiado; e o prédio do jornal *Última Hora* (o único jornal da grande imprensa que apoiava João Goulart) foi invadido e depredado. 

Ao mesmo tempo que recorriam à violência, os militares procuravam dar uma aparência de legalidade ao regime. Para isso baixaram o **Ato Institucional** de 9 de abril de 1964, conhecido depois como AI-1.

Este decreto:

- » determinava que a escolha do próximo presidente da República seria indireta;
- » permitia ao presidente suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos;
- » autorizava a cassação de mandatos de parlamentares.

No dia seguinte ao AI-1, os militares divulgaram a lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos, entre os quais estavam figuras de destaque da política nacional, como os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o líder das ligas camponesas Francisco Julião e o líder comunista Luís Carlos Prestes. Com base no AI-1 de 9 de abril os militares aplicaram três tipos de punições:

- » suspensão de direitos políticos;
- » cassação de mandatos parlamentares;
- » transferência de militares para a reserva.

Sem a presença dos parlamentares cassados, o Congresso Nacional elegeu o novo presidente do Brasil: o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Atos institucionais: medidas, com força de lei, impostas por um governo, sem que a população, o poder Legislativo ou o Judiciário tenham sido consultados; esses decretos autoritários aumentavam enormemente o poder do Executivo.



Dica! Documentário
O dia que durou 21 anos. Aborda entre outros aspectos, a ajuda estadunidense ao golpe civil-militar de 1964. [Duração: 26 minutos.] Acesso: <http://tub.im/wxe7c9>.

Ao centro vemos o primeiro presidente do Regime Militar, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, a caminho do Congresso Nacional no dia de sua posse, em 15 de abril de 1964.



Agência O Globo

Figura 3- Página do Livro com discussão sobre mudanças no poder a partir do golpe.

Embora o autor trabalhe com o conceito de Golpe Civil-Militar poderia ter avançado mais sobre a sua criação e utilização no contexto, fazendo alusão até

mesmo ao termo Revolução, muito utilizado nos círculos militares e fruto de controvérsia na sociedade.

No capítulo 11, o autor divide a Ditadura pelos marcos de cada presidente, começando com Castelo Branco (1964-1967). Há um espaço evidente de crítica ao uso dos Atos Institucionais, Lei de Segurança Nacional e ataque a imprensa. Também é feito o recorte temporal da duração, do golpe até a posse de José Sarney, não há, portanto, um encurtamento do regime.

Ainda no governo Castelo, explica o uso dos sucessivos Atos Institucionais e o que acarretava cada um deles, como exemplo do AI-3, que proibiu eleições diretas para os governos estaduais, acontecendo de maneira indireta e que os governadores eleitos nomeassem os prefeitos das respectivas capitais. A leitura do autor segue na ascensão de Costa e Silva (1967-1969) à presidência, com a utilização de “Linha dura” e “Castelistas” na tentativa de demonstrar uma divisão dentro do exército numa leitura simplória sobre a complexidade dos que estavam no poder.

O autor reserva um espaço para demonstrar que houve resistência democrática, principalmente no ano de 1968. O AI-5 aparece no livro como uma reação a essa resistência por parte do movimento estudantil e operário, como se fosse uma causa apenas disso. O governo Médici (1969-1974) é apresentado como repressivo, as figuras do SNI e DOI-Codi e DOPS são registrados.

Da resistência democrática para a luta armada são esboçadas as principais características dos grupos, bem como a utilização do aparato repressivo para acabar com a confronto. A propaganda é outro elemento presente, para exemplificar as bases do projeto do regime, bem como o milagre econômico do período, havendo espaço de análise sobre as causas do milagre como também o seu fim, exemplificando as questões da economia nacional e internacional para tanto.

Nessas páginas há espaço para a reação da sociedade, como a resistência democrática de grupo de estudantes ou políticos da oposição. O destaque econômico condensa uma análise sobre os três fatores preponderantes para o milagre econômico: crescimento da economia, taxas de inflação baixas e aumento do comércio exterior. Destaque para a figura de Delfim Neto, economista e Ministro da fazenda entre os anos de 1967 e 1974.

O governo Geisel (1974-1979) é visto como uma vitória da vertente castelista das forças armadas. A análise do período começa por reforçar a crise econômica, o fim do milagre e o plano de Geisel para a economia, conhecido como II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Já na questão política a Abertura é colocada como ponto central para os ideólogos do regime: “lenta, gradativa e segura”. A explicação do autor exemplifica bem os principais eixos dessa política nesse período, deixando claro que seria uma democratização programada e controlado pelos militares.

Economia

O governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tinha como principais metas manter altas as taxas de crescimento da economia e conseguir autonomia no campo da produção de bens de capital (como máquinas e equipamentos) e de insumos básicos (como petróleo, aço, cobre, energia elétrica etc.), considerados vitais para se manter um ritmo acelerado de industrialização.

Para enfrentar o problema energético, o governo investiu na pesquisa de petróleo, na substituição parcial da gasolina pelo álcool e na construção de hidrelétricas, cujos exemplos mais expressivos foram Itaipu (PR), Sobradinho (BA) e Tucuruí (PA). Além disso, assinou com a então Alemanha Ocidental um acordo para a instalação de usinas nucleares no país.

Para a economia continuar crescendo em um ritmo acelerado, o governo Geisel recorreu a capitais externos: tomou dos bancos internacionais vultosos empréstimos em dólar e ofereceu facilidades aos investidores estrangeiros com o objetivo de atraí-los. Com esses recursos, a economia cresceu durante a gestão de Geisel em torno de 7% ao ano, mas, em contrapartida, naqueles anos a inflação subiu em média 38%. Outra característica do governo Geisel foi uma crescente **estatização** da economia, ou seja, a absorção pelo Estado de setores como energia elétrica, siderurgia, petróleo, telefonia e petroquímica, entre outros.

Política

A principal marca do governo Geisel foi a sua proposta de abertura política **“lenta, gradativa e segura”**. Ou seja, ele propunha uma democratização programada e controlada pelo Regime Militar. Esse projeto, porém, era malvisto, tanto pelos militares da linha-dura – que eram contrários à democratização do país – quanto pela oposição civil – que desejava a volta urgente à democracia.

Com o objetivo de reunir forças para esse seu projeto de abertura, o presidente Geisel permitiu a realização da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão para as eleições parlamentares de 1974, as primeiras ocorridas durante seu mandato. Essas eleições, no entanto, reservaram uma desagradável surpresa para o governo: o MDB (partido da oposição) obteve 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado, enquanto a Arena ficou com apenas 6. Nesse contexto tenso e conflituoso, os militares da “linha-dura”, insatisfeitos com o processo de abertura, iniciaram uma perseguição feroz aos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi intimado a prestar depoimento num quartel do II Exército, em São Paulo, onde funcionava o DOI-Codi. Ele era acusado de integrar o Partido Comunista. Herzog se apresentou no local e, no dia seguinte, apareceu morto em uma cela. O comando do II Exército afirmou que ele havia cometido suicídio e a imprensa reproduziu a imagem de Herzog “enforcado”, mas a maioria dos cidadãos não acreditou nessa versão.

DIALOGANDO

Por conta do desastre ocorrido em 2011 no Japão envolvendo a fuga de radiação da Usina Nuclear Fukushima Daiichi – altamente perniciosa para o meio ambiente e a saúde humana –, aumentou no Brasil a preocupação com as usinas nucleares de Angra dos Reis.



Construção do edifício do reator da usina Angra 1 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ), 1975.

Será que a geração e o uso de energia nuclear é viável do ponto de vista econômico e ambiental?

Segundo alguns cientistas, não há nenhuma solução de longo prazo para lidar com as ameaças que os resíduos radioativos representam para o meio ambiente e a saúde humana. Recomenda-se conversar sobre o assunto com professores de Física, Química e Biologia e reunir argumentos contra e a favor do uso de energia nuclear.

Figura 4 – Página do Livro referente à discussão sobre Governo Geisel.

A obra mostra ainda os avanços e recuos dentro do governo Geisel. A luta pela Anistia ganha um espaço importante, com sua aprovação em 1979. O governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) não mereceu o mesmo destaque no capítulo, embora seja o último militar a presidir o país e ter uma agenda importante no período. Ponto central para o autor é ter cumprido o compromisso com a continuidade ao processo de Abertura.

Aspectos importantes do governo Figueiredo como o fim do bipartidarismo e a aprovação da Lei de Anistia, as eleições diretas para governadores dos estados são pouco trabalhadas. O capítulo segue sobre a vitória da oposição nas eleições de 1982 o que agrava a questão política dos militares.

Caminha para a discussão sobre a emenda Dante²² de Oliveira e as eleições indiretas para a presidência em 1985, com a vitória da chapa Tancredo Neves, José Sarney. O capítulo é finalizado com os problemas econômicos herdados da ditadura e o Governo Sarney com a trágica morte de Tancredo Neves. Os planos econômicos propostos no governo Sarney e o processo constituinte e a Constituição de 1988, que marcam em definitivo os restabelecimentos de critérios democráticos em face a legislação da ditadura.

No capítulo 13, intitulado *Brasil e a nova ordem mundial*, aspectos ainda do governo Sarney são condensados sobretudo no que tange às eleições de 1989. Primeira após a ditadura com participação direta do povo e sem a tutela dos militares, nada menos do que vinte candidatos concorreram por diferentes partidos.

Destaque no livro para as campanhas, principalmente de Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, com seus respectivos programas e coligações partidária, sendo possível analisar características de ambos. A vitória de Collor dá início à análise sobre seu governo, com muita turbulência econômica herdada do governo Sarney, o *impeachment* aparece com central como ponto de insatisfação em virtude dos planos fracassados e dos escândalos de corrupção.

O capítulo passa ainda pelos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e finaliza com o *impeachment* de Dilma

²² Foi uma proposta de Emenda Constitucional que visava a volta das eleições diretas para a Presidência da República, tendo em vista que essa era feita por um colégio eleitoral no congresso. A proposta foi rejeitada em 1984, frustrando grande parte da população que apoiava a ideia. Seu nome deriva do deputado federal que propôs a emenda, Dante de Oliveira.

Rousseff, com a crise política, econômica e com críticas ao não desenvolvimento do Brasil, mesmo após anos de democracia consolidada, propondo uma discussão sobre grandes desafios a serem vencidos pela sociedade brasileira.

O segundo livro a ser analisado, *História 3 Passado e Futuro: Do século XX aos dias de hoje*, apresenta uma organização bem elaborada, com características bem definidas em todo o capítulo. Os autores utilizam seções que auxiliam na explicação, seja de conceitos ou na exploração dos temas apresentados.

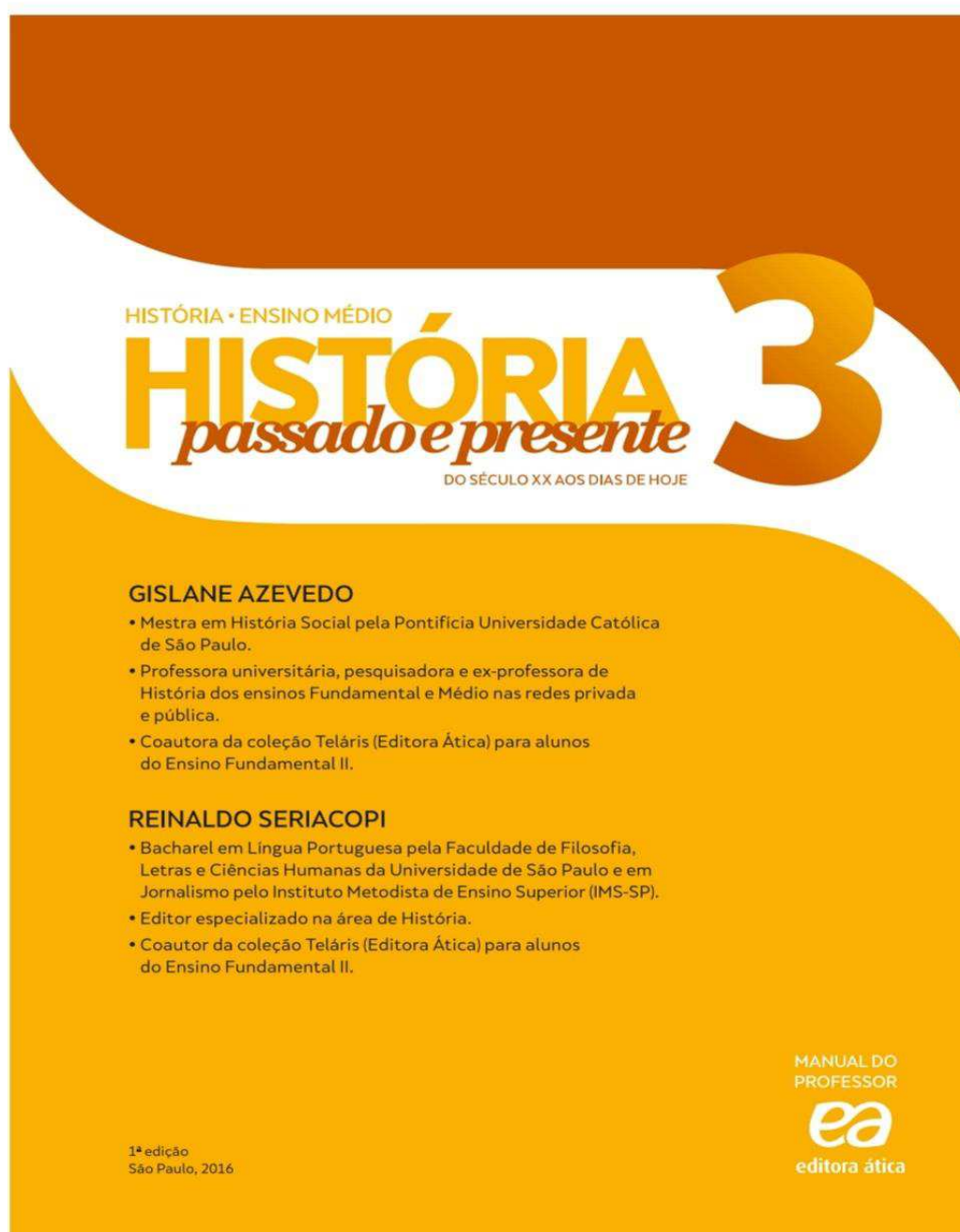


Figura 5 – Capa do Livro: História Passado e Presente (Gislane Azevedo, Reinaldo Seiacopi)

O livro aborda os temas por unidades e cada unidade tem capítulos específicos. Sobre o objeto, as duas unidades e os dois capítulos que tratam sobre a questão tanto da ditadura quanto da democracia. Na unidade 3, quem tem como ponto central a violência, o capítulo 9: *Da Renúncia de Vargas as Diretas Já*, demonstra um largo recorte temporal e iremos trabalhar sobretudo a parte do governo João Goulart, que precede o Golpe. Os autores começam por demonstrar as forças políticas do período com um quadro explicativo. Há também objetivos específicos dos capítulos que abrangem o tema.

Figura 6 – Quando Explicativo de Apresentação do Capítulo

Da renúncia de Vargas às Diretas Já!

Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte; Estação Cabo Branco, em João Pessoa; Memorial da América Latina, em São Paulo; sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Essas são algumas obras que levam a assinatura de Oscar Niemeyer, um dos mais famosos arquitetos brasileiros do século XX.

Morto em 2012, Niemeyer explorou ao máximo as linhas curvas, o que pode ser observado em prédios de Brasília, como o Palácio Itamaraty e o Palácio do Planalto.

Os prédios de Brasília foram inaugurados em 1960, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, época em que o Brasil vivia em clima de prosperidade e otimismo. Uma nova capital estava sendo construída, o Brasil conquistara sua primeira Copa do Mundo de futebol, Tom Jobim e João Gilberto divulgavam a Bossa Nova ao redor do mundo. Entretanto, as desigualdades sociais permaneciam: alta inflação, proliferação das favelas nos centros urbanos e movimentos de camponeses exigiam uma reforma agrária no país. Neste capítulo estudaremos o período que vai de 1945 a 1985, uma época repleta de contradições.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói, Rio de Janeiro, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O edifício do MAC de Niterói tornou-se um dos cartões-postais da cidade. Foto de 2013.



Lúcia Carlos/Contraste/Imagens

A seguir, é apresentada uma explicação sobre a crise política oriunda da renúncia de Jânio Quadros e a solução de compromisso encontrada pelas forças políticas diante do impasse da posse de João Goulart. Sobre seu governo é abordado a questão das Reformas de Base como ponto central da sua crise. Em contraponto a isso, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em São Paulo dão

a tônica do momento de disputa dos setores na sociedade e a forma de apoio político e social ao golpe.

O golpe de 1964 é descrito como Civil-Militar e com apoio de setores da oposição, principalmente dos governadores, dos Estados Unidos da América, meios de comunicação, empresários e das classes médias. Os autores também colocam a data de vinte e um anos de duração, não há encurtamento da ditadura.

As características de implementação são abordadas sob a ótica de instauração das práticas do regime: tortura, desaparecimento, perseguições e mortes. Os autores demarcam as explicações pelos recortes governamentais, primeiro com Castelo Branco, para explicitar as questões econômicas. É dado destaque para o forte arrocho salarial da classe trabalhadora. Os atos institucionais ganham espaço nas explicações, os três primeiros são mais bem explorados, dando as consequências de cada um.

Com a posse de Costa e Silva, os autores abordam a dicotomia entre Linhadura e castelistas como uma disputa interna do exército na condução das questões políticas e a maneira como conduziam o país. O AI-5 é tema presente, tendo em vista que é ligado à discussão sobre a luta armada. Com a posse de Medici, os aparelhos repressivos ganham destaque, como as práticas dos respectivos órgãos que usavam de expedientes da tortura, perseguição e assassinatos de opositores políticos. Há um texto em uma das seções que permite a análise sobre a participação dos empresários durante o regime.

Entre 1968 e 1974, desenvolveu-se na região do **Araguaia** (divisa entre os atuais estados do Pará e Tocantins) um importante núcleo guerrilheiro organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O grupo atuou na clandestinidade por quase quatro anos, até 1972, quando o Exército desarticulou o movimento em 1974. Os guerrilheiros foram torturados, presos e alguns foram mortos. Esse foi um dos poucos casos de guerrilha rural do Brasil. No fim do governo Médici, a guerrilha já havia sido praticamente desarticulada.

Anos de chumbo (1969-1974)

Oito meses depois de ter decretado o AI-5, Costa e Silva afastou-se da Presidência por problemas de saúde. Seu vice-presidente, o mineiro Pedro Aleixo, foi impedido de assumir o cargo (sofria de trombose). Uma Junta Militar composta dos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica governou o Brasil até o final de outubro de 1969, quando um novo presidente foi eleito pelo Congresso: o **general Emílio Garrastazu Médici**.

Durante o governo Médici, uma rede de órgãos repressivos funcionava para manter os grupos de esquerda (e toda a sociedade) coagidos, por meio da censura e da repressão policial contínuas. Além do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de vigilância e controle criado em 1964, o governo contava também com os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), que eram estaduais. Em 1969, criou-se a Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo. Mais tarde, esta deu origem ao Departamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

FILME

Veja o filme *Araguaia, conspiração do silêncio*, de Ronaldo Duque, Brasil, 2004. O filme conta a história de Padre Chico, um religioso francês que, ao chegar à região do Araguaia no início dos anos 1960, presencia a batalha de militantes e camponeses contra o Exército, em uma região onde a miséria é predominante.

A ajuda dos empresários à repressão

A reestruturação da PE paulista e a Operação Bandeirante foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim [Neto, Ministro da Fazenda] num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Vendiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo

como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde. Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. [...] Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.

GASPARI, Elio. *A ditadura escondida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 62.

Os agentes desses órgãos utilizavam sistematicamente torturas físicas, morais e psicológicas para obter confissões dos presos políticos. Há relatos de pessoas interrogadas junto de animais selvagens, como jacarés ou cobras, de mulheres estupradas repetidas vezes, de ameaças de morte aos parentes de presos, etc. Segundo dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, durante a ditadura, pelo menos 200 militantes entre homens e mulheres foram assassinados pelo regime e outros 146 são considerados desaparecidos até hoje (veja a seção *Passado presente* a seguir).

Figura 7 – Página do Livro referente à participação dos empresários no regime.

Há também uma seção destaca os desaparecidos políticos e a luta por reparação e responsabilização do Estado por esses crimes, a Comissão Nacional da Verdade é apresentada, como também nomes de algumas vítimas.

▶
PASSADO PRESENTE

Nas garras da ditadura

A repressão contra os opositores do regime alcançou números elevados. Só nos primeiros meses da ditadura, cerca de 50 mil pessoas foram presas. Calcula-se que, durante os seus 21 anos, aproximadamente 10 mil homens, mulheres e crianças refugiaram-se no exterior, e outras 130 pessoas foram banidas do país.

O governo costumava negar seus mortos. O regime alegava que esses militantes teriam se suicidado na prisão, morrido em confronto com a polícia ou sido atropelados em fugas. Sabe-se hoje que a maior parte dessas pessoas morreu na cadeia, vítima de torturas ou de execuções sumárias.

Em 1995, o governo brasileiro reconheceu a responsabilidade do Estado diante dessas mortes e desaparecimentos. Como reflexo dessa nova postura, o Executivo Federal aprovou a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Esta tem três objetivos:

- Reconhecer formalmente cada um dos casos de morte ou desaparecimento por razões políticas;
- Aprovar a reparação indenizatória aos familiares dessas vítimas;
- Mobilizar esforços no sentido de tentar localizar os restos mortais dos desaparecidos, sempre que houvesse indícios quanto ao local onde esses corpos possam se encontrar.

Os resultados desse trabalho têm sido amplos. Com base em uma série de documentos, chegou-se a mais de 350 casos conhecidos de mortos e desaparecidos políticos e efetuou-se o pagamento das indenizações aos familiares das vítimas da ditadura.

Em 2009, o governo colocou no ar o site *Memórias reveladas* (<www.memoriasreveladas.gov.br>, acesso em 23 mar. 2016), que tem como um de seus objetivos coletar informações que ajudem a encontrar os restos mortais dos 146 desaparecidos políticos do Brasil.

Estes foram alguns dos militantes que morreram ou desapareceram na luta contra a ditadura.

FILME

Veja o filme: *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende. Brasil, 2006. O filme é baseado na história real de Zuzu Angel, estilista de moda famosa no Brasil e no exterior, mãe de Stuart, jovem militante da luta armada. A captura e prisão de Stuart leva Zuzu Angel a uma árdua batalha contra a repressão da ditadura, arriscando a própria vida.



Jose Curo/ABR/Infodivina

Integrantes da Comissão Nacional da Verdade reúnem-se em fevereiro de 2013 para prestar homenagem ao deputado Rubens Paiva (1929-1971), torturado e morto pela ditadura civil-militar.

Dilermano Mello do Nascimento (PB, 1920-RJ, 1964). Militar, ex-membro da Força Expedicionária Brasileira, lutou na Itália durante a Segunda Guerra. Preso no dia 12 de agosto de 1964, morreu três dias depois, durante interrogatórios.

Milton Soares de Castro (RS, 1940-MG, 1967). Metalúrgico, membro do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), participou do primeiro movimento armado do país, organizado entre 1966 e 1967 na Serra do Caparaó, em Minas Gerais. Morreu sob tortura, depois de 28 dias preso. A versão oficial dizia que ele havia se suicidado. Foi enterrado como indigente. Somente em 2002 a família soube onde seu corpo estava enterrado.

Stuart Edgar Angel Jones (BA, 1945-RJ, 1971). Estudante de economia, era membro do grupo guerrilheiro MR-8. Filho da estilista de alta-costura **Zuzu Angel**, morreu torturado na base da Aeronáutica do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O caso teve grande repercussão internacional. Seu corpo nunca foi encontrado.

Maria Lucia Petit da Silva (SP, 1950-PA, 1972). Professora primária, integrante do PCdoB, militava na guerrilha do Araguaia quando foi morta. Em 1991, seu corpo foi encontrado em um cemitério em Xambioá, no Tocantins. Estava envolto em um paraquedas. Sua identificação aconteceu apenas em 1996.

Esmeraldina Carvalho Cunha (BA, 1922-BA, 1972). Sua filha caçula, Nilda Carvalho Cunha, morreu aos 17 anos, após ter sido torturada pelos órgãos da ditadura, em 1971. Inconformada, Esmeraldina alardeava pelas ruas de Salvador que os militares haviam matado sua filha. Ela passou a receber ameaças até ser encontrada morta em casa. Os assassinos dependuraram o corpo de Esmeraldina para simular um enforcamento.

Texto elaborado com base em: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Figura 8 – Página do livro com nomes de algumas vítimas da ditadura.

O milagre econômico é explicado pela conjuntura nacional e internacional que permitiu altas taxas de crescimento e sua utilização por parte do regime como forma de angariar mais apoio pela sociedade:

O governo civil-militar explorou os bons resultados da economia. Foram lançadas campanhas para fixar a imagem do Brasil como uma “grande potência econômica”, alimentada por *slogans* como “Ninguém segura este país” e “Pra frente, Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Nesse contexto, a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 no México, foi amplamente explorada pelo regime, com o intuito de criar uma imagem ufanista entre a população (AZEVEDO, 2016, p. 193).

Sobre o governo de Ernesto Geisel é ressaltado que seu governo começa no fim do milagre econômico e que é lançado um novo plano para tentar manter as altas taxas de crescimento. O militar é apresentado como pertencente a ala modera castelista e que seu governo faria a Abertura política no Brasil. De fato, os trechos que envolvem os nomes de Geisel e Figueiredo são bem reduzidos e até se confundem durante o capítulo. A passagem de poder entre os dois é muito resumida de modo que fica difícil o entendimento da complexidade da passagem de poder para as mãos dos civis.

O fim da ditadura é abordado com elementos como a extinção do AI-5, aprovação da Anistia, movimentação intensa de parte da sociedade civil, principalmente trabalhadores e estudantes. São apresentados ainda modificações como o fim do bipartidarismo, o movimento pelas *Diretas Já* encerrando o capítulo com a votação da chapa Tancredo Sarney pelo colégio eleitoral em 1985, de forma indireta.

No capítulo 13: *Desafios para um Brasil democrático*, há também a tabela de objetivos e uma preocupação de explicar o que significa a consolidação da democracia. Ao fazer um paralelo sobre diversas formas de violência ainda praticadas pelo Estado em plena democracia, os autores fazem um alerta sobre a necessidade de melhorias em diversos setores da sociedade. Ao falar sobre o processo Constituinte, explica de maneira detalhada as questões que envolviam a aprovação da nossa Constituição de 1988:

Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição brasileira foi a primeira a aceitar emendas populares. Assim, de 1986 a 1988, enquanto os constituintes discutiam sua elaboração, grupos com orientação política de esquerda e de direita – sindicatos, artistas, proprietários rurais, pastorais eclesiais etc. –

apresentaram suas propostas aos parlamentares. Essa mobilização foi fundamental para que a Carta Magna de 1988 apresentasse importantes avanços na área de direitos individuais e coletivos. Em razão disso, o então presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã (AZEVEDO, 2016, p. 260).

Ainda nesse sentido, faz uma análise de como as questões econômicas impactaram diretamente a sociedade brasileira, com o termo *década perdida*, analisando as principais questões dos governos militares e sua pesada herança para a sociedade pós-ditadura.

Os autores seguem essa linha interpretativa, apresentando os governos para falar sobre as eleições de 1989, com a vitória de Collor sobre Luiz Inácio Lula da Silva. O programa do governo Collor e seu *impeachment*, bem como a solução do Plano Real em pleno governo Itamar Franco. As análises sobre Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016), seguem a mesma linha das anteriores, não há qualquer menção as forças armadas e nem sobre heranças ou questões sobre a ditadura.

O governo Figueiredo continua na linha da abertura e é colocado como continuador da política de Geisel nesse sentido. A redemocratização assume novos contornos, com uma forte participação popular e negociação política. A Anistia é aprovada em 1979, sendo destacado ainda o fim do bipartidarismo, possibilitando a volta dos partidos políticos. A luta pelas *Diretas Já*, com a emenda Dante de Oliveira é vista como um movimento popular e político de amplo espectro que mesmo sendo derrotado foi de suma importância para o retorno do controle civil da política brasileira. A eleição da Chapa Tancredo-Sarney, no colégio eleitoral marcaria a passagem de poder a um civil e início da chamada Nova República.

No último capítulo, os autores vão abordar o governo Sarney até o *impeachment* de Dilma Rousseff. Os problemas desses anos de democracia consolidada são abordados pelos autores e sintetizados no começo do capítulo.

No que tange ao governo Sarney, os autores demonstram que ele cumpriu bem as questões relacionadas a Transição. As eleições de 1989 são destacadas como as primeiras após a ditadura a ocorrer de forma direta e massiva. Os governos Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma não fazem alguma alusão à ditadura e à transição política. As questões levantadas nesses capítulos falam sobre

os limites presentes na democracia e nos desafios que temos enquanto sociedade para que possamos melhorar o país.

Os livros a seguir contemplam o edital do PNLD 2021 e já se encontram nas escolas, embora ainda esteja sendo aplicado em virtude principalmente da pandemia que assolou o mundo, esses livros vão seguir o modelo das mais recentes reformas pelas quais o programa vem atravessando nesses anos.

O primeiro livro a ser analisado, Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania é da editora FTD, está alinhado com as exigências do objeto 2 do PNLD 2021 que visa atender as demandas do Novo Ensino Médio.

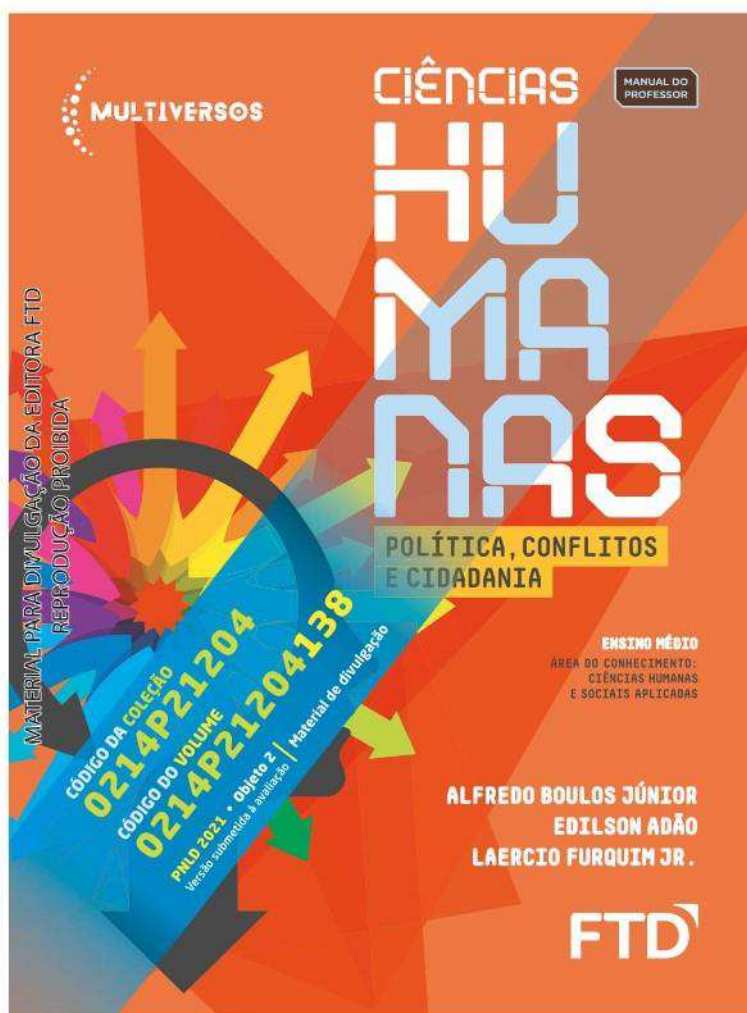


Figura 9 – Capa do Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

Esse volume faz parte de uma coleção de seis volumes autocontidos e que não são sequenciais. As obras são compostas de três elementos: Livro do Estudante (LE), Manual do Professor (MP) e Manual Digital do Professor (MDP). A unidade em questão vai abordar as relações entre a política, autoritarismo e direitos na América Latina, analisar as formas de organização da sociedade civil face a desigualdade. Vai contemplar ainda dez competências com foco especial nas 3, 4, 3, 10, e as competências específicas 1,2,5 e 6.

O livro apresenta a divisão em unidades, tendo duas divisões em três capítulos cada. Além de ser composto por diversos elementos que tornam a explicação mais didática, como a utilização de recursos: Abertura da unidade: que leva o estudante a ter um primeiro contato com o tema. Para refletir e argumentar: Utilização de um texto que leve a capacidade de análise da realidade. Integrando com as ciências da natureza e suas tecnologias: parte da ideia de interdisciplinaridade e mostra a as ciências humanas em conjunto com as ciências da natureza. Dialogando: possibilitar o aluno através da participação na turma através da fala. Dica: Sugestão de livros, filmes, vídeos, sites, músicas na perspectiva de ampliar o conteúdo sobre o tema. Retomando: conjunto de atividade sobre os temas abordados. Atividade síntese: conceito ou tema. Leitura da imagem: Análise de imagens com os conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas Aplicadas. Jovens protagonistas: oportunizar o conhecimento de ações de outros jovens. Jovens em ação: propostas focadas em práticas de pesquisa social.

A unidade 1 trata sobre Autoritarismo e Demandas na América Latina, é no capítulo 3 dessa unidade, intitulado de Experiências autoritárias na América Latina que vamos analisar a partir de agora. O capítulo começa por demarcar de maneira clara o recorte pretendido pelos autores, eles vão trabalhar na perspectiva comparada os Estados Autoritários no recorte dos anos 60 e 80 no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Os anos entre 1960 e 1980 assistiram à ascensão de governos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Esses Estados **autoritários** fizeram vítimas entre seus opositores, mas tiveram também o apoio de uma parcela da população que considerou seus ditadores legítimos. Hoje, esses países voltaram a aderir a via democrática, porém essa experiência autoritária continua tendo desdobramentos políticos importantes na atualidade. Por isso, há a relevância de estudar as estratégias utilizadas pelas ditaduras latino-americanas para legitimar seu poder. (BOULOS, 2020, p. 62).

É apresentado o significado do conceito de autoritário possibilitando um entendimento maior por parte do aluno, prática que segue em todo o capítulo.

O Chile é o primeiro país a ser analisado pelo capítulo, a eleição de Salvador Allende abre a explicação com o uso de imagem também. É dado ainda o contexto histórico de intensa movimentação popular oriundo principalmente do governo democrata cristão de Eduardo Frei. A via democrática de chegada ao socialismo é apresentada como principal proposta do então candidato.

VIOLÊNCIA DA EDITORA FTD
VIOLÊNCIA PROIBIDA

Eleito presidente da República em 1970, Allende tinha como principal proposta chegar ao socialismo por via democrática. Conheça o que uma historiadora afirma sobre o assunto.

[...] O governo deveria preservar e aprofundar os direitos democráticos e as conquistas dos trabalhadores. Para tal, propunha incorporar o povo ao poder estatal, através da criação da Assembleia do Povo, que seria o órgão superior de poder, além de outras estruturas em nível local e regional; propunha a integração das Forças Armadas aos aspectos da vida social, com o intuito de preservar a soberania, oferecendo cursos de formação técnica; não permitiria a repressão ao povo. Na economia, propunha nacionalizar o cobre, o salitre, o iodo, o ferro e o carbono mineral, o sistema financeiro, o comércio exterior, as grandes empresas e monopólios de distribuição, indústrias estratégicas, energia elétrica, transportes ferroviário, aéreo e marítimo, comunicações, produção de petróleo e seus derivados, dentre outros. A reforma agrária e as propostas na área social (saúde, educação, moradia, cultura, alimentação) também eram tratadas como fundamentais.

[...] Mas o que se colocava inicialmente como principal para a Unidade Popular era o projeto da "via chilena ao socialismo" a partir do caminho democrático, legal, sem insurreição armada. Para Allende e os intelectuais de esquerda, o Chile tinha um traço particular que precisava ser respeitado e incentivado: a tradição democrática do país. [...]

BORGES, E. C. Os 31 anos de golpe militar no Chile. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 281-289, dez. 2020. Disponível em: http://www4.pucsp.br/projethistoria/download/revista/PHistoria29_01.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

Reforma agrária:
80% das terras agrícolas, que estavam nas mãos dos grandes proprietários, foram expropriadas e repartidas entre as famílias camponesas.

Figura 10 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

A questão da reforma agrária e tida também como uma das principais agendas de Allende. O livro segue dando o contexto de inserção das disputas na América latina dentro da guerra fria, fazendo com que embora eleito, o presidente tenha despertado a ira de adversários políticos poderosos, e cita a participação dos Estados Unidos da América e dos empresários chilenos como força contrária às ideias socialistas.

A ditadura de Pinochet é apresentada na página seguinte, o contexto do golpe de 11 de setembro é tido como algo que não tenha paralelo, pela sua violência exacerbada e pela resistência e morte do presidente dentro do Palácio De La Moneda, marcando assim o que começo da ditadura chilena.

Os adversários de Allende se articularam e desfecharam um golpe civil-militar com o apoio dos Estados Unidos. Em 11 de setembro de 1973, militares chilenos bombardearam o Palácio de La Moneda, sede do governo do Chile. A violência empregada naquele 11 de setembro

não teve paralelo em qualquer outro golpe civil-militar latino-americano até aquele momento. O presidente Allende resistiu e foi morto. Os novos donos do poder nomearam para o seu lugar o general Augusto Pinochet (1915-2006). A ditadura Pinochet impôs seu autoritarismo por meio do **terror de Estado**. Pinochet perseguiu e prendeu seus adversários e fez durante o seu governo aproximadamente 50 mil vítimas, tanto militares quanto civis. (BOULOS, 2020, p. 64).

Em seguida os autores abordam o fim do regime chileno, o recorte utilizado é a campanha do “NÃO”. Após quinze anos de governo do ditador Pinochet foi feito um plebiscito onde o “NÃO” venceu, mesmo assim o ditador tentou aprovar leis que beneficiariam seu grupo político. O fim da ditadura chilena é marcado pela vitória das eleições presidenciais de 1989.

Ditadura de Augusto Pinochet

Os adversários de Allende se articularam e desfecharam um golpe civil-militar com o apoio dos Estados Unidos. Em 11 de setembro de 1973, militares chilenos bombardearam o Palácio de La Moneda, sede do governo do Chile. A violência empregada naquele 11 de setembro não teve paralelo em qualquer outro golpe civil-militar latino-americano até aquele momento. O presidente Allende resistiu e foi morto. Os novos donos do poder nomearam para o seu lugar o general Augusto Pinochet (1915-2006).

A ditadura Pinochet impôs seu autoritarismo por meio do **terror de Estado**. Pinochet perseguiu e prendeu seus adversários e fez durante o seu governo aproximadamente 50 mil vítimas, tanto militares quanto civis.

O “Não” ao ditador chileno

Depois de 15 anos de governo Pinochet, realizou-se no Chile um **plebiscito** previsto na Constituição, cujo objetivo do ditador era que o povo lhe concedesse mais 8 anos de governo. Contudo, o povo se organizou e votou contra a prorrogação de seu mandato. O “Não” (*No*, em espanhol) ao ditador chileno obteve 56% dos votos válidos, enquanto o “Sim” recebeu 44%.

Chilenos comemoram a vitória do NÃO dado ao ditador Augusto Pinochet, Santiago (Chile), 1988.

Pinochet tentou resistir, fazendo aprovar no Parlamento leis que garantiam a permanência das instituições autoritárias. Os partidos políticos de oposição se uniram em uma frente chamada *Concertación de los Partidos por la Democracia* e venceram as eleições presidenciais contra a *Alianza por Chile*, que representava o regime autoritário. As urnas deram a vitória ao democrata Patricio Aylwin e sua eleição, em 1989, marcou a volta da democracia no Chile.

Terror de Estado: segundo definição de Luigi Bonanate, é um instrumento de emergência a que um governo recorre para manter-se no poder.

Plebiscito: consulta ao povo.

Dica

Vídeo educativo apresentado pela professora Gabriela Pellegrino Soares, da Universidade de São Paulo (USP), sobre a política chilena. DEMOCRACIA e revolução no Chile. 2017. Vídeo (23min02s). Publicado pelo Canal USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8nxtbqevYg>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DA EDITORA FTD
REPRODUÇÃO PROIBIDA



Figura 11 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

O próximo país a ser analisado vai ser o caso argentino. O contexto argentino é apresentado como um balanço de 1930 a 1976 com nada menos do que seis golpes de estado, demonstrando a instabilidade iminente do país, bem como a presença constante dos militares nos golpes.

O país vivia uma crise social e econômica, o que facilitou o caminho para um golpe de Estado: em 24 de março de 1976, militares das três armas, liderados pelo General Jorge Rafael Videla (1925-2013), tomaram o poder e instalaram uma cruel ditadura, que permaneceu no poder até 1983 e eliminou cerca de 30 mil opositores, segundo as organizações de direitos humanos. O ditador e seu grupo justificaram o golpe com o mesmo argumento usado pelos chilenos: combater o inimigo interno, os “subversivos”, libertar a sociedade da desordem e do comunismo e conduzir o país ao destino de grande nação. (BOULOS, 2020, p. 63).

Nesse contexto o golpe é explicado como tendo apoio de uma parcela significativa da sociedade civil, grande imprensa e alto clero. Os autores deixam claro o terro de estado implantado na Argentina, perseguição e prisão de opositores, mortes e os desaparecimentos. Nesse sentido o livro aborda um aspecto importante do caso em tela, as mães da praça de maio, personagens muito importantes de resistência e luta que ainda hoje buscam por seus filhos que foram mortos durante a ditadura.



Figura 12 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

Ainda nesse sentido o livro aborda um aspecto sobre a transição argentina, evocando o uso da memória por parte dos militares. Na seção “Para refletir e argumentar” os autores apresentam um texto da autora Maria Helena Capelato, A Transição democrática e a construção da memória.

Para refletir e argumentar

O texto a seguir é da professora Maria Helena Capelato. Leia-o com atenção.

A transição democrática e a construção da memória

Os militares procuravam construir, durante a ditadura, uma memória que invocava o passado para legitimar sua imagem de salvadores da Pátria contra o inimigo subversivo; os militantes de esquerda, sobretudo os montoneros, também recorreram ao passado para justificar o ideal de revolução nacional popular que os mobilizava.

O uso político que os militares fizeram do passado implica na valorização de uma certa época e de certos personagens. Em 1979, a comemoração do centenário da “Campanha do Deserto” ofereceu à ditadura a oportunidade de exibir promessas de um novo recomeço a partir da luta contra um “inimigo irrecuperável”, os subversivos. A equiparação dos [...] índios [...] aniquilados naquela Campanha de cem anos atrás pelas forças do General Roca, com os subversivos do presente, fundavam essa projeção épica de uma nova origem que deveria ser conquistada pela força das armas. O projeto de salvação nacional dos militares argentinos alimentou um imaginário de guerra que justificava a escalada de terrorismo contrainsurgente.

No caso dos *montoneros*, a recuperação do passado é distinta e invoca outros momentos da história da Argentina e tomam outras figuras como referência. O próprio nome condensava uma recuperação mítica do passado que evocava as façanhas do grupo armado seguidor do caudilho Juan Manuel Rosas, em suas campanhas militares e políticas. Os peronistas de esquerda atribuíam a elas um caráter nacionalista. No que se refere à sua identidade com o peronismo, política dos anos 1940-1950 [...], fizeram uma apropriação desse passado, conferindo à participação das massas um sentido da esquerda e criaram o mito de uma Eva Perón revolucionária, transformando-a em bandeiras de luta do movimento.

CAPELATO, M. H. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para História. *CLIO – Revista de pesquisa Histórica*, Pernambuco, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758/20032>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Evita mostrada como “mãe dos descamisados”, isto é, mãe dos mais pobres. Perón, seu marido, era chamado de “pai dos descamisados”. Fotografia de 1949.

Campanha do Deserto (1879): consistiu em uma série de operações militares executadas pelas autoridades argentinas, com o objetivo de expulsar os indígenas da região localizada ao sul de Buenos Aires.

General Roca: Julio Argentino Roca (1843-1914), ministro da guerra em 1877, presidente da República de 1880 a 1886 e de 1898 a 1904, e embaixador no Brasil em 1913.

MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DA EDITORA FTD
REPRODUÇÃO PROIBIDA



65

Figura 13 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

Por fim, é elencado a crise econômica e de consenso e as pressões da população argentina que vivia com o desaparecimento, mortes e uma brutal repressão. A campanha de redemocratização foi vitoriosa e os argentinos escolheram em 1983 um novo presidente, findando assim a ditadura.

Ao analisar o caso brasileiro percebemos que os autores dedicam mais páginas e dividem por temas, embora o número de páginas seja maior em relação aos demais países, o recorte é extremamente prejudicado, o último general a ser analisado é Emilio Garrastazu Médici. A introdução é feita a partir do momento do golpe contra João Goulart, há ainda um recorte temporal de vinte e um anos de

ditadura, o que evita assim o seu encurtamento. E é feita uma comparação com os países analisados anteriormente, na tentativa de elencar pontos em comum dos golpes militares na região.

Uma junta militar formada por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) assumiu o comando do país e, logo nos primeiros dias de abril, desencadeou uma violenta repressão contra pessoas, grupos e órgãos ligados ao governo anterior. Estudantes e jornalistas foram duramente atingidos: vários deles foram presos sob a acusação de “subversivos” (nome que o governo dava aos que discordavam dele); o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, foi incendiado e o prédio do jornal **Última Hora** (o único jornal da grande imprensa que apoiava João Goulart) foi invadido e depredado. (BOULOS, 2020, p. 67).

Outro elemento presente no livro é a questão do ar de legalidade instaurado pelos militares através dos Atos Institucionais, com uma explicação do seu contexto e de cada um, em especial aos AI-1 em 1964 e o AI-5 em 1968. Na seção “Para refletir e argumentar” a resistência através da imprensa é colocada em perspectiva histórica e utiliza-se o exemplo do jornal O Pasquim, notório por fazer críticas a ditadura, a presença das charges surge para exemplificar seu uso muito comum.

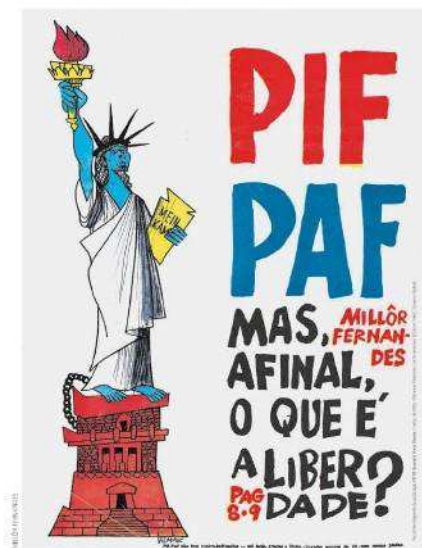
Para refletir e argumentar

A resistência na imprensa: O Pasquim

Em 26 de junho de 1969 foi lançado, no Rio de Janeiro, O **Pasquim**, um jornal que, com humor e irreverência, tornou-se "uma pedra no sapato" do regime militar. Seu editor era o cartunista e ex-bancário Jaguar, nome artístico de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, conhecido pelos seus cartuns irônicos. Além de textos leves, engraçados e das entrevistas descontraídas, O **Pasquim** publicava charges e quadrinhos de cartunistas, como Ziraldo, Henfil (1944-1988) e Millôr Fernandes (1923-2012). Observe a charge abaixo.

Pasquim: este era o nome dado aos jornalecos do século XIX, que desacatavam as autoridades, e cujos editores viviam às voltas com a polícia.

MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DA EDITORA FTD
REPRODUÇÃO PROIBIDA



Consultar as Orientações para o Professor.

1. Quais diferenças há entre esta estátua e a da liberdade, localizada em Nova York?
2. Que livro é este que a estátua tem na mão esquerda?
3. Em que contexto a imagem foi produzida?

Charge de Vilmar com texto de Millôr Fernandes em página da revista **Pif-Paf** (n. 3, de 22 de junho de 1964). A revista, publicada por Millôr Fernandes, Claudius, Fortuna, Jaguar, Ziraldo e outros, durou apenas oito números. Ainda, em 1964, devido à perseguição, a revista deixou de existir. Alguns anos depois, em 1969, essas mesmas figuras fundaram O **Pasquim**.



Figura 14 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

Ao começar a exemplificar a passagem de poder para o presidente Costa e Silva, os autores abordam sobre a perspectivas dos Linhas dura, em que existiam duas alas de militares, castelistas e linha dura, onde os últimos foram responsáveis pelo endurecimento do regime. Ao passo que a resistência democrática é colocada como sendo feita por estudantes, operários e políticos, e foi ocasionada sobretudo pelo aumento da repressão. O contexto para a edição do AI-5 é dado sobre a contestação ao deputado Marcio Moreira Alves, em virtude do discurso de boicote ao desfile cívico de Sete de Setembro e a não cassação do deputado pelos demais colegas de parlamento. Então os militares teriam editado o Ato Institucional que fechou o congresso e caçou a possibilidade de concessão de Habeas Corpus, o livro não consegue deixar muito claro o significado disso nas suas páginas, talvez uma caixa de explicação resolveria esse problema específico.

O Congresso é reaberto em 1969 afim de eleger o novo ditador presidente, Emilio Garrastazu Médici, e os anos de chumbo são explorados pelos autores.

O governo Médici (1969-1974) invadiu universidades, perseguiu todos aqueles que considerava subversivos e implantou uma rigorosa censura aos meios de comunicação. Além disso, aparelhou e aperfeiçoou os órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi). Nas dependências desses órgãos, os cidadãos suspeitos de “subversão” eram presos e torturados sem que a família ou alguma autoridade jurídica fosse informada. Os agentes desses órgãos usavam técnicas de tortura especializadas, inclusive choques elétricos em partes sensíveis, para arrancar confissões dos presos. Muitos deles não suportavam os maus-tratos físicos e morriam no local. (BOULOS, 2020, p. 71).

Propaganda de massa e economia vão ser os últimos tópicos sobre o Brasil, a utilização do título mundial da seleção em 70 no México vai ser apresentado como forma de propaganda para o regime, bem como as ufanistas, sobre o Brasil ser um país grande e do futuro, as imagens completam as análises no livro.

O milagre econômico é explicado por fatores internos e externos com o crescimento da economia mundial e de incentivos fiscais por parte do governo militar. Embora esse modelo de crescimento tenha rendido bons números, os autores advertem para o achatamento salarial dos trabalhadores e o fim desse crescimento em virtude das crises internacionais, ao final do governo Médici, a economia ia mal e a população carecia de questões básicas, mesmo o país tendo alcançado um nível de desenvolvimento no capitalismo mundial, as desigualdades sociais não foram combatidas e cada vez mais aumentavam.

Economia

Durante o governo Médici, ocorreu no Brasil o chamado milagre econômico, que se caracterizou pela combinação de três fatores conjugados: crescimento da economia em cerca de 11% ao ano, taxas de inflação relativamente baixas (se comparada às dos anos que antecederam o Regime Militar) e aumento do comércio exterior em mais de três vezes. O principal responsável pela política que resultou no milagre econômico foi o economista Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda desde o governo anterior.

O milagre econômico brasileiro ocorreu devido a fatores internos e externos. Externamente, a conjuntura era favorável (entre 1961 e 1973, a economia estadunidense cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3%; e a Itália, a 4,9%). Internamente, o governo adotou uma política de incentivos fiscais para atrair investidores e realizou ajustes, conseguindo um equilíbrio nas contas públicas; contraiu empréstimos no exterior; atraiu investidores estrangeiros, concedendo-lhes facilidades para atuar no Brasil; e comprimiu os salários dos trabalhadores de baixa renda.

O milagre econômico, fenômeno inédito na história do Brasil, pode ser melhor compreendido observando-se a tabela a seguir.

O "milagre" brasileiro					
Ano	Crescimento PIB em %	Inflação em %	Exportações: US\$ Bilhões	Importações: US\$ Bilhões	Dívida externa: US\$ Bilhões
1968	10	27	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	6,2	6,2	12,6

Fonte dos dados: PRADO, L. C. D.; SÁ, F. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 223. (O Brasil republicano, v. 4)

O capital obtido por esses meios alimentou um extraordinário crescimento da indústria, especialmente a de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. As exportações também cresceram graças aos incentivos fiscais dados pelo governo e a uma conjuntura internacional favorável.

Figura 15 – Livro: Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania

Ao término do capítulo os autores utilizam das atividades e das leituras de imagens e textos para dar continuidade ao tema. Porém, nenhum presidente do regime militar é apresentado além do Médici e nem sobre a redemocratização, os seis volumes apresentam essa deficiência.

O segundo livro do PNLD 2021 é a Coleção Prisma: Ciências humanas, contendo seis volumes é integrada por Livro do Estudante (LE), manual do professor (MP) e Manual digital do professor (MDP). Nas seis unidades da coleção o volume vai privilegiar temas como Ética, política, direitos humanos e cidadania. Também da editora FTD, o volume 2 do Ensino Médio e tem por subtítulo Política e Ética em ação: cidadania e democracia. A obra é organizada pelos autores Maria Angela Gomez Rama²³, Gislane

²³ Mestra em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Ensino de Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Franca (Unifran-SP). Formadora de professores. Atuou como professora no Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada e no Ensino Superior.

Campos Azevedo Seriacopi²⁴, Isabela Gorgatti Cruz²⁵, Leandro Calbente Câmara²⁶ e Reinaldo Seriacopi²⁷.



Figura 16 – Livro: Coleção Prisma: Ciências humanas: Política e Ética em ação: cidadania e democracia.

²⁴ Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História do Ensino Fundamental e Médio nas redes pública e privada.

²⁵ Bacharela em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Editora de livros didáticos.

²⁶ Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências (História Econômica) pela Universidade de São Paulo (USP). Editor de livros didáticos.

²⁷ Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP). Editor especializado na área de História.

O livro é composto por abertura de unidade: que traz um texto e uma imagem permitindo a problematização e apresentando o tema central da unidade. No item Nossa Comunidade: visa possibilitar ao aluno o desenvolvimento de projetos. na seção “Eu também posso”: os autores vão apresentar exemplos de jovens que promoveram mudanças e, suas comunidades. Investigar instiga o aluno ao pensamento crítico. Há ainda leitura de imagens, onde são trabalhadas imagens históricas e seus contextos, bem como meus argumentos, onde os alunos são levados a participar. No item Saiba Mais vamos encontrar sugestões que busca o aumento de fotos para os estudantes.

A unidade 3 vai apresentar o tema sobre a ditadura civil militar brasileira, com o nome de Participação Política ela vai se dividir em dois capítulos. O capítulo 5: Organização do Governo e o capítulo 6: Participação Política.

O governo brasileiro no século XX: entre ditaduras e democracias

Em 1930, Getúlio Vargas (1882-1954) e setores das elites descontentes com o sistema político brasileiro articularam um golpe que pôs fim à primeira democracia brasileira e deu início à fase conhecida como Era Vargas (1930-1945).

Em 1934, quatro anos depois de Vargas ter se tornado presidente do Brasil, foi promulgada uma nova Constituição, que trouxe inovações importantes, como a legislação trabalhista e o direito de voto feminino. Entretanto, as eleições previstas para 1938 não ocorreram. Um ano antes, Getúlio deu um novo golpe e criou o **Estado Novo**, uma ditadura que governou o país até 1945.

Durante o Estado Novo, o Poder Executivo prevaleceu sobre os demais poderes. Getúlio Vargas perseguiu seus opositores e utilizou a propaganda política para ganhar força e conquistar apoio da sociedade. A Constituição de 1934 foi substituída por uma nova Carta constitucional, outorgada pelos aliados do presidente.

No Estado Novo, as garantias legais dos cidadãos foram suspensas. As eleições para todos os níveis do governo foram canceladas e a liberdade de manifestação foi abolida. As pessoas podiam ser perseguidas, presas, torturadas ou mortas por criticar o governo ou defender o retorno da democracia.

Com o avanço da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Estado Novo entrou em crise. O Brasil enviou tropas para lutar ao lado dos Aliados contra as forças fascistas da Itália e da Alemanha. Essa atitude do governo gerou críticas dos opositores de Vargas, que passaram a denunciar a contradição de lutar contra regimes autoritários enquanto o país era governado por um ditador.

Um breve período democrático

A crise do Estado Novo enfraqueceu o poder de Vargas e abriu caminho para a articulação de um novo golpe, em 1945. Com a deposição de Getúlio e a redemocratização do país, foram convocadas eleições no final desse mesmo ano. Em 1946, foi criada uma nova Constituição, visando assegurar os direitos dos cidadãos brasileiros.

A democracia presidencialista foi reestabelecida e voltou a vigorar um sistema de divisão dos poderes. O sufrágio feminino foi assegurado, mas os analfabetos continuaram excluídos do processo eleitoral. Entre 1946 e 1964, o país contou com eleições livres e os cidadãos recuperaram sua liberdade de manifestação.

Queima das bandeiras dos estados brasileiros durante o Estado Novo, ordenada por Getúlio Vargas para reafirmar a unidade nacional. Rio de Janeiro (RJ), 1937.

88

Figura 17 – Livro: Coleção Prisma: Ciências humanas: Política e Ética em ação: cidadania e democracia.

No que concerne a unidade ela vai abordar um amplo recorte histórico. Começa com as origens do governo no Brasil, processo de Independência de Portugal, o Golpe

Militar da Proclamação da República, faz um salto até os anos 30 com Getúlio Vargas, passando também pela experiência democrática de 1946-1964, pelo Golpe Civil Militar de 1964, entra na Nova República e finaliza com o tema de Patrimonialismo na República.

Para a pesquisa o ponto a se analisar destaca-se no Governo Brasileiro no século XX: entre ditaduras e democracias. Os autores vão dar um contexto histórico que embora possamos utilizar a nomenclatura de experiência democrática de 1946-1964, a liberdade não era plena. Com a perseguição ao Partido Comunista e aos Sindicatos. A crise política em função do suicídio político de Getúlio Vargas, a posse de Jango em virtude da renúncia de Jânio Quadros, todas essas crises vão ser pontudas pelos autores como fatores para o novo Golpe de Estado, com a articulação de militares e setores da sociedade civil, a demarcação temporal sobre a ditadura segue de 1964 a 1985. O resumo sobre os vinte e um anos de ditadura se resume a um parágrafo.

Nesse período, novamente o Poder Executivo se impôs sobre os demais poderes, e os direitos individuais foram anulados. As eleições diretas foram suspensas e uma nova Constituição foi outorgada em 1967. As oposições foram duramente reprimidas e milhares de pessoas foram torturadas e mortas por agentes do governo. (RAMA ... [et al.].2020. p.89)

Em seguida a Nova República é apresentada como resultado da pressão da sociedade civil que obrigou o governo a promover um lento processo de reabertura política culminando nas eleições indiretas de 1985. É dado ainda ênfase na Constituição de 1988 e finaliza colocando que um dos maiores problemas da Nova República é a permanência de práticas de corrupção por agentes públicos e privados. Segue com um tópico sobre patrimonialismo e crise na democracia.

Levando em conta a BNCC e as questões levantadas no guia no PNLD farei agora observações pontuais e analíticas sobre o modo como o tema da Transição política brasileira é tratada nos livros analisados. Os livros abordam a história a partir da perspectiva teórica da História Nova, levando em conta pressupostos teóricos relativos a essa corrente como a impossibilidade de resgate totalizante dos episódios passados, investigação do passado através de perguntas do presente, os conceitos possuindo uma história, conhecimento histórico construído com metodologia e esse mesmo conhecimento sendo limitado. Utiliza conceitos-chave como História, Tempo, cronologia, cultura, identidade, memória, política.

Porém podemos observar que os livros do edital PNLD 2021 passaram a reduzir ainda mais os conteúdos presentes em seus livros, embora tenhamos agora 6 unidades em cada coleção, os livros apresentam uma diminuição gradativa sobre a Ditadura Militar brasileira e por conseguinte sobre a transição. Foi possível observar ainda, nos livros analisados sendo os mesmos autores do PNLD 2018 que muitos assuntos são abruptamente interrompidos e não é dada uma sequência lógica básica de encerramento de uma unidade.

Para além desses fatores, o local e deixado de lado e não espaço nem citações em muitos de seus esquemas pedagógicos que pudessem informar que a ditadura também ocorreu nos diversos estados do país, ocasionando problemas locais e falta de participação política de grande parte da população nesses estados. Cabe ressaltar que o livro as vezes é o único contato mais direto com fontes seguras que os alunos e familiares tem acesso em casa, embora com o advento da internet a informação esteja mais fluida e acessível.

As mudanças significativas sobre o conteúdo da Ditadura, e seu esvaziamento, pode indicar uma mudança em virtude das pressões recentes de setores ideológicos da sociedade, não faltam exemplos nesse Brasil recente e fruto de uma polarização que utiliza o período da ditadura militar como uma especial de apresentação de um Brasil melhor, a utilização desses recursos fora das salas de aula com uma falta de material que aborde de forma segura, firme e rígida metodologicamente pode acarretar sim grandes prejuízos na formação de gerações de alunos, cabendo ao professor buscar mais recursos e informações sobre o período para melhor trabalhar em sala de aula.

Ao tratar o tema da Transição Política Brasileira, os livros não abordam questões centrais do período. Embora trate sobre a lei da Anistia, não deixa claro como os militares utilizaram esses espaços de negociação para os acordos do fim da ditadura. Embora no próprio PNLD essas questões sejam abordadas, o conjunto de habilidade que trata sobre o tema, sendo possível fazer essa ligação: “Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.” Levando em consideração que no Brasil os

torturadores não foram punidos, tendo o Brasil já possui condenação²⁸ por órgãos de justiça internacional contra os direitos humanos, tema basilar dentro de todos os documentos que regem o edital do PNLD 2018 e PNLD 2021.

Não há um trabalho com conceitos, tais como “redemocratização”, presentes nas discussões acadêmicas. Sua presença poderia auxiliar professores e alunos na construção das ideias de Democracia e Ditadura, dentro do contexto de retorno a uma normalidade democrática, seja através dos votos para governador, da própria Constituição de 1988 e da eleição de 1989.

A utilização das imagens é bem pertinente, com quadros e explicações que auxiliam a visão crítica do aluno, bem como a indicação de filmes. Os textos de apoio também são interessantes, embora alguns autores se repitam, existe uma pluralidade dentro das possibilidades do material didático, dando ao aluno uma visão ampla e proporcionando a atividade da leitura dentro da disciplina de história.

Os livros analisados carregam elementos presentes em todos os documentos normativos que embasam a sua aprovação junto ao PNLD. No que tange à Transição, falta um elemento de continuidade maior, sobre os problemas do projeto empreendido pelos militares e como os militares saíram da ditadura para a democracia, A Transição e o reestabelecimento da Democracia não significaram o fim das contradições internas e disputas no seio da sociedade civil brasileira.

As várias crises do capitalismo no sistema mundial interferiram nas questões locais. A ascensão do neoliberalismo promoveu e ainda promove diversas mudanças significativas na vida social. A tentativa de mudanças no projeto de dominação do Estado partiria de um regime totalmente autoritário para um aos moldes de controle, com o primeiro projeto de abertura chamado de Distensão.

Embora o fator militar fosse preponderante na tentativa de levar toda a transição sobre sua guarda, as mudanças significativas na sociedade fizeram com que as opções dos ideólogos da transição pensassem em opções negociadas para garantir a manutenção de seus privilégios e a garantia de não perseguição com o fim eminente do regime ditatorial. O livro didático deve oferecer isso ao trabalho do professor e proporcionar aos alunos essa visão crítica.

²⁸ Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010, por crimes cometidos durante a Ditadura. (São duas condenações. Em 2010, no Caso Araguaia (Gomes Lund e outros) e no caso da retificação da certidão de óbito do Herzog).

Fazendo esse exercício podemos garantir uma maior reflexão sobre temas que se encontram em debates atuais. As crises sempre existiram em nossa sociedade e no meio político, as épocas de transição entre um “velho regime” e um possível “novo” passam por disputas, é necessário utilizar o passado como recurso, para que seja possível o inconformismo dos vivos através do inconformismo dos mortos.

CAPÍTULO 3 – A UNIDADE DIDÁTICA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE HISTÓRICA EM SALA DE AULA.

3.1. Reformas educacionais e o impacto no ensino das Ciências Humanas.

A aprovação de “reformas” recentes na educação brasileira se deu sob um contexto de imensa instabilidade política e fortes pressões de setores com interesses distintos na disputa pelos projetos educacionais no Brasil. Se uma democracia do tipo liberal consolidada devemos levar aspectos mínimos em conta, como vitórias eleitorais, respeito ao resultado das urnas, e do próprio estado democrático de direito, poderíamos colocar certamente a história recente do Brasil como um estudo de caso a parte.

Não foi somente o atual mandatário do palácio do Planalto que, além de menosprezar a educação e seguir com cortes robustos nos investimentos para área, ameaçou ou colocou em cheque a credibilidade das urnas, figuras centrais da política nacional ameaçaram o processo como forma de tumultuar os resultados eleitorais, dando motivo para que milhões de brasileiros com sentimento contrário e votos vencidos no pleito de 2014 assumissem a bandeira que nosso sistema eleitoral e a justiça eleitoral não teriam a capacidade de organizar e garantir eleições dentro da legalidade e normalidade democrática, processos esses que já contam com anos sem alegada fraude e elegendos políticos de todas as matizes ideológicas.

Ao passo que esses primeiros sintomas de desrespeito a regras básicas da democracia seguiram-se outros, o Impeachment de uma presidenta eleita democraticamente, embora com grandes problemas políticos e econômicos, a montagem de um governo posterior que buscou a toda custo estancar a investigação mais famosa da república recente, com o claro intuito de acabar com as investigações, revelam o grau de instabilidade e muita movimentação na política recente. Havia muitos interesses organizados em torno da mudança de governo nesse período.

Desde membros do poder judiciário postulando capas de revistas semanais como heróis, até mesmo personagens políticos bastante conhecidos do sistema de justiça clamando pelo fim da corrupção. Nesse contexto de negação da política a educação foi severamente atacada, as ciências humanas sofreram ataques, em especial pela sua natureza e finalidade. Não podemos deixar de registrar o movimento Escola Sem Partido, pregando uma falácia de doutrinação nas escolas e universidade deslocou a discussão e fez com que muitos professores enfrentassem problemas nas salas de aula,

embora tenha sido derrotado na justiça esse movimento ainda causa danos a educação. Mas nada se compara a orquestração política, empresarial e midiática em torno das reformas educacionais engendradas no período. Num governo que começou com pouquíssima base social, vindo de um impeachment bastante complexo do ponto de vista jurídico, as reformas passaram pelo congresso de maneira contundente, rápida e sem levar em consideração os educadores do país que participavam dos processos de mudanças.

Usando a máxima difundida de que era preciso mudar por conta da baixa qualidade do Ensino Médio, operou-se mudanças sem qualquer consenso dos educadores. Com enfeites empresariais e uma forte apelação do empreendedorismo mudou-se radicalmente o formato do Ensino Médio. Que as modificações eram necessárias, a qualidade do ensino é muito irregular em determinadas regiões e os alunos sofrem com isso, também é verdade que numa operação rápida e bem coordenada aprovou-se da maneira mais rápida possível naquela janela histórica.

Não faltam especialistas alardeando para uma configuração do novo ensino medio como muito problemática diante das redes de ensino do país. Simões (2017) vai destacar que a reforma do ensino medio foi fruto de um movimento que uniu os interesses de empresariais, financeiros e neoliberais. E contou com um amplo apoio midiático, a fim de demonstrar que era uma reforma necessária frente a situação do ensino medio brasileiro.

O autor busca ainda entender as implicações da reforma e seus impactos nas ciências humanas. Cita ainda que as ciências humanas enquanto componente curricular carrega em cada uma das disciplinas que a compõem especificidades.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASÍLIA, 2013), a área de Ciências Humanas (C.H.) para o ensino médio compreendia o lugar que reúne componentes curriculares de Geografia, História, Sociologia e Filosofia. É preciso considerar que cada um dos componentes, como resultado do movimento mais amplo da história da ciência moderna, guarda consigo um caminho teórico-metodológico e epistêmico, um aporte conceitual/categorial de seu campo intelectual. No contexto escolar brasileiro, os conhecimentos implicados estiveram/estão a disposição de diferentes interesses de classe. Por isso, nem sempre estiveram contemplados ou ocuparam lugares de destaque nas matrizes curriculares da educação básica. (SIMOES, 2017, p.48).

Destaca ainda três aspectos principais na correlação de forças e da diminuição gradativa das ciências humanas no novo ensino medio. O jogo da relação de poder que

cada disciplina passou a ocupar, o campo político das políticas públicas em educação e a luta de classes. Se o ponto principal era criticar o modelo anterior não faltaram propagandas dos que defendiam a reforma no intuito de flexibilizar, tornar mais dinâmico e menos rígido e sobretudo o acesso a formação direcionada ao mercado de trabalho, temas tão caros para quem discute, estuda e pesquisa educação. Não seria difícil fazer uma comparação com a onda tecnicista operada pelos militares após o golpe em 1964, onde as disciplinas de história e geografia foram fundidas em uma, Estudos Sociais. Embora diferentes, buscam o mesmo objetivo, esvaziar as disciplinas utilizando o discurso sobre a formação e a preparação para o mercado de trabalho.

A LDB também sofreu alterações no sentido de atender aos interesses dessas mudanças. Simões destaca três mudanças cruciais que evidenciam a sua real intenção.

Na lei que altera significativamente a atual LDB, já mencionada na introdução deste texto, destacaremos três questões: 1ª – a obrigatoriedade, apenas, dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática, para os três anos de E.M., ao mesmo tempo em que se delimitam em 1.800 horas como teto máximo destinado ao histórico conjunto de componentes curriculares presentes nos currículos neste nível de ensino; 2ª – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento definidor dos demais componentes curriculares obrigatórios; e 3ª – o fatiamento do currículo em itinerários formativos, a ser traçado pelos estudantes a partir das definições dos sistemas de ensino. (SIMOES, 2017, pg. 53)

Três mudanças que deixam claro o caráter de colocar as disciplinas numa hierarquia que importa importância. Como mensurar algo desse tipo? Outro ponto a ser analisado é o lugar das ciências humanas, colocadas em lugar de subalternidade, sem importância, o resultado prático disso vai ser observado na menor oferta de vagas para essas disciplinas, uma onda de precarização entre os profissionais. Simões alerta ainda para o fatiamento do currículo com a adoção dos itinerários formativos, que vão possibilitar a escolha por parte dos alunos e impedir uma contato com todas as áreas, tendo em vista desse processo de escolha.

Castilho(2017) também aponta sobre quanto problemática pode ser a questão dos itinerários formativos, tendo em vista que as escolas da rede pública sofrem com sérios problemas estruturais e financeiros, onde os alunos desses estabelecimentos não terão uma oferta tão generosa de possibilidade na hora da escolha desses itinerários, só isso já seria o suficiente para quebrar a ideia de escolha pelos estudantes, essa “escolha” vai ser pautada sobretudo pelas condições fornecidas pelas secretarias estaduais, podemos

imaginar, conhecendo as realidades como serão ofertadas.

Outro ponto de destaque do autor é quanto a BNCC, que visa ofertar praticas de educação física, arte, biologia, sociologia e filosofia, com detalhe que nem são mais chamadas de disciplinas, evidenciando a desobrigação da oferta. A história também se situa nessa condição.

A diluição, portanto, não afetará apenas as ciências humanas, mas o conjunto de disciplinas tradicionais, excetuando matemática, língua portuguesa e língua estrangeira (inglês). Além disso, no itinerário “formação técnica e profissional”, não haverá exigência de formação em licenciatura para a prática docente. De acordo com a Reforma, “profissionais com notório saber reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional”. Somado a isso, caso o estudante comprove competência em alguns saberes práticos, “os sistemas de ensino poderão reconhecê-las e firmar convênios com instituições de educação a distância” (CASTILHO, 2017, p.10).

Esses três pontos importantes da reforma vão impactar diretamente na formação dos alunos: a diluição das disciplinas, falsa promessa de escolha e atestado de notório saber. Castilho (2017) destaca que cada uma delas oferecendo um ponto crítico importante que evidencia o caráter fortemente de contrarreforma educacional. Outro elemento central na análise do pesquisador é quanto a formação docente, a existência do notório saber prejudica em muito a noção do investimento na formação dos profissionais das áreas de ciências humanas. Para além das questões legais, os problemas de contratação e falta de empregos seria mais um efeito colateral dessas práticas inseridas na reforma.

Ressaltamos que a transição enquanto tema torna-se relevante de ser pensada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, Bases Nacional Comum Curricular arguidas pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação. Estas diretrizes orientam a prática de ensino a partir do conteúdo programático obrigatório e até mesmo pela utilização da transversalidade que operacionaliza as discussões referentes a este conteúdo, possibilitando uma otimização e apreensão do conhecimento dos estudantes em sala de aula, permitindo perceber as rupturas e continuidades destes processos que afetam diretamente suas experiências históricas no tempo presente.

Este conhecimento deve ser construído a partir das demandas dos alunos tocante o tema de uma forma integrada entre o processo de aprofundamento do conhecimento histórico, a produção do saber histórico em sala de aula, que aglutinadas são somas

significativas para a transformação e construção de indivíduos enquanto sujeitos históricos conscientes e participantes. A transição enquanto temática do Ensino de História está relacionada diretamente ao desenvolvimento de conteúdos centrais da própria disciplina como demonstra a BNCC:

As categorias Política e Trabalho também ocupam posição de centralidade nas Ciências Humanas. A vida em sociedade pressupõe ações individuais e coletivas que são mediadas pela política e pelo trabalho (BNCC, 2018, p. 569).

As discussões sobre formas de organização do Estado, de governo e do poder são temáticas enunciadas no Ensino Fundamental e aprofundadas no Ensino Médio, especialmente em sua dimensão formal e como sistemas jurídicos complexos. Essas temáticas apresentadas de forma ampla na BNCC fornecem alguns elementos capazes de agregar diversos temas de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental e permitem, sobretudo, a discussão dos conceitos veiculados por diferentes sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 570).

A discussão deste tema encontra apoio também na Base Nacional Comum Curricular, pois atende ao desenvolvimento de capacidades pedagógicas para a construção dos indivíduos enquanto cidadãos, que demonstrem o processo de aprendizagem para além das categorias formais de ensino, mas na preparação dos sujeitos no convívio sociocultural do qual pertence e atribui o aluno de competências capazes de elaborar suas decisões:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2018, p. 570).

Na apresentação da BNCC é colocada que a discussão se deu ao longo de quatro anos e foi discutida e elaborada com a comunidade. Tido como um documento plural e contemporâneo, com inspirações nas melhores experiências internacionais. Em sua estrutura encontramos a explicação do que são as competências a serem desenvolvidas

em cada etapa da educação básica. As competências gerais da educação básica são apresentadas bem como um conjunto de habilidades que vão ser entendidas como as aprendizagens necessárias aos alunos.

Também é preciso enfatizar que a organização das habilidades do Ensino Médio na BNCC (com a explicitação da vinculação entre competências específicas de área e habilidades) tem como objetivo definir claramente às aprendizagens essenciais a ser garantidas aos estudantes nessa etapa. (BRASIL, 2017, p. 34)

O ensino médio no contexto da educação básica é apresentado como etapa final do ensino básico, tido como um gargalo só sistema de ensino, os fatores que explicam isso são apresentados no próprio documento, má formação dos alunos recém-chegados a essa etapa, a sua organização curricular, excesso de componentes curriculares, abordagem pedagógica obsoleta e não conectada com as culturas juvenis e o mundo dos trabalhos. (BRASIL, 2017).

Segundo a lógica do documento é necessário universalizar o atendimento e garantir a tanto a permanência quanto as aprendizagens a esses jovens.

Para responder a essa necessidade, mostra-se imprescindível considerar a dinâmica social contemporânea, marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico. Trata-se de reconhecer que as transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente as populações jovens e, portanto, o que se demanda de sua formação para o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. (BRASIL, 2017, p.462).

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/2014) estabelece o objetivo de “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores”.

Diante disso, a presente pesquisa de mestrado, que se fundamenta na elaboração de uma unidade didática no campo do Ensino de História, a partir de uma perspectiva mais ampla. Portanto, enquadra-se no entendimento de que produtos educacionais desenvolvidos na pós-graduação contribuem para o melhoramento dos índices de qualidade da educação básica, considerando que a melhor capacitação profissional dos docentes conseqüentemente se traduzirá na melhoria do ensino como um todo.

Uma das estratégias utilizadas para isso é o fomento de pesquisas institucionalizadas e articuladas a programas de pós-graduação *stricto-senso*, como é o

caso do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, instituição pela qual este trabalho foi desenvolvido e financiado mediante bolsa de mestrado.

Sendo assim, o espaço da pós-graduação se configura como terreno fundamental de capacitação dos profissionais da educação básica, especialmente os professores de história, levando em consideração que a meta 16 do PNE estipula a formação em pós-graduação de até 50% dos professores da educação básica até 2024. Objetiva-se, também, garantir formação continuada para esses profissionais dentro de suas áreas de atuação, atentando para as necessidades, demandas e contextos particulares de cada professor.

Nesta lógica, a unidade didática proposta, produto educacional destinado ao estudo da transição política brasileira entre ditadura e democracia no final dos anos de 1980, constitui-se parte de um novo acervo de materiais didáticos e ferramentas pedagógicas que possam ser utilizadas dentro da educação básica afim de auxiliar os professores de história no debate acerca do tema. Neste sentido, tal pesquisa corrobora com a estratégia 16.3 do PNE que discute a importância da elaboração de novas metodologias de construção de conhecimento (histórico) assim como da valorização da cultura investigativa.

Com base nessa demanda mais ampla, que é o caso do Plano Nacional de Educação, formularam-se diretrizes regionais e locais, como podem ser vistos nos planos estaduais de educação e, levando em consideração a realidade maranhense, o Documento Curricular do Território Maranhense. Em seu segundo volume e voltado para o Ensino Médio, este documento resulta de um esforço coletivo que envolveu Estado e sociedade civil afim de estabelecer orientações para as equipes escolares no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas no âmbito escolar.

Em vista disso, o produto educação (unidade didática) desenvolvido nesta pesquisa atende às necessidades e demandas desse documento orientador da prática de ensino de história para o ensino médio nas escolas do Maranhão. Isso se justifica pelo fato que novas abordagens sobre a transição política brasileira contribuem diretamente como instrumentos que auxiliem o professor no sentido de fornecer novos recursos além do livro didático de história, que por muitas vezes apresenta tal temática de forma bastante resumida e simplificada.

Como etapa de aprofundamento e consolidação das aprendizagens do ensino fundamental, o ensino médio tem por finalidade promover a preparação básica para o mundo do trabalho, a compreensão dos fundamentos científicos e o exercício da cidadania. Logo, tanto na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular, quanto no Documento Curricular do Território Maranhense, existe o consenso de que na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas o estudante desenvolve a capacidade de articular e problematizar categorias importantes como Tempo, Trabalho, Política, Espaço, Território, Indivíduo, Sociedade, Fronteiras, Cultura e Ética.

A construção de uma unidade didática voltada para a temática da transição política brasileira está inserida na perspectiva de produção de uma ferramenta pedagógica para que o professor de história do ensino médio que possa estimular seus estudantes a desenvolverem capacidades de análise de suas realidades sociais a partir de experiências históricas, como podemos notar abaixo:

O componente curricular de história, por sua vez, pretende estimular nos estudantes a concepção de sujeito histórico capaz de compreender que suas atitudes interferem na realidade e que, a partir da análise crítica das experiências históricas, é possível entender-se como sujeito transformador da sua realidade. Nesse aspecto, o ensino da história está representado, entre as categorias, pelo estudo dos processos e sujeitos históricos, consolidando a ideia de que o ser humano é o sujeito que determina os processos históricos e que pode modificá-los (MARANHÃO, 2022, p. 102,).

A Base Nacional Comum Curricular se configura como um documento de caráter normativo que determina o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes desde a educação infantil até o ensino médio devem ter. Mas como nosso produto é voltado para a etapa do Ensino Médio, vamos focar no que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com ênfase no componente curricular de História, têm a contribuir com a presente pesquisa e de que forma podemos estabelecer um diálogo entre a unidade didática e o ensino de história a partir da BNCC.

A história é elemento fundamental na composição da BNCC, tendo em vista que sua primeira competência se baseia justamente na ideia de conhecimentos historicamente construídos e adquiridos no terreno da Educação, pois ela tem o objetivo de “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar

aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2018, p.9.).

Analisar o período da transição entre a ditadura empresarial-militar e o retorno da democracia no Brasil a partir da problematização das rupturas e permanências existentes nesses eventos históricos é condição fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e comprometida com sua história e memória. Por isso, é de fundamental importância o diálogo entre o conhecimento histórico desenvolvido no campo acadêmico e às aprendizagens desenvolvidas na educação básica.

Portanto, a elaboração desse produto educacional resulta diretamente desse processo de transposição didática²⁹ que poderá proporcionar aos estudantes do ensino médio novas formas de compreender esse período importante da história política brasileira, tendo em vista que muitos elementos daquele contexto podem ser notados e sentidos na realidade histórica atual, interferindo direta ou indiretamente na vida desses alunos e alunas.

3.2. A Unidade Didática como ferramenta para o Ensino de História.

Sendo assim, o que propomos é o aprofundamento do tema da Transição, problematizando os distintos projetos de disputa de poder a partir da elaboração de um produto educacional, denominado **Unidade Didática**, que será composta por sugestões de atividades sobre como a Transição Política pode ser abordada em sala de aula, mediante conteúdo programático acerca da Ditadura e Nova República.

Esta Unidade Didática, direcionada ao docente para aplicação em turmas da 3ª série do Ensino Médio, apresenta ao professor atividades direcionadas ao exame crítico sobre comunicação, formação de opinião e motivação aos alunos, através da análise de fontes documentais plurais, conduzindo o aluno ao pertencimento histórico.

Unidade Didática é um recurso de abordagem metodológica que visa contribuir para os processos de ensino e aprendizagem de forma mais colaborativa e integrada entre o docente e o discente. A prática desta estratégia didática possibilita organizar de

²⁹ O termo Transposição Didática foi introduzido pela primeira vez no meio acadêmico em 1975 pelo sociólogo francês Michel Verret, associado à ideia de um instrumento que liga o saber científico ao saber escolar. Posteriormente ele foi rediscutido pelo matemático francês Yves Chevallard, cuja análise é uma das mais conhecidas até então e que se refere Processo de transformações adaptativas que modificam um “objeto de saber a ensinar” em um “objeto de ensino”.

maneira sistemática os processos de ensino, seus métodos e propor elaborações de exposição de conteúdos programáticos. Nas palavras de António Pais (2013), a Unidade Didática pode ser compreendida como:

[...] o processo ensino/aprendizagem, para uma realidade técnico-didática baseada num conjunto de opções metodológicas e estratégicas que apresentam como fundamentos técnicos de base: uma forma específica de relacionar a seleção do conteúdo programático (PAIS, 2013, p. 68).

Portanto, contêm informações básicas sobre este período, atividades propostas que buscam despertar a reflexão, interlocução, capacidade discursiva e estímulo nos alunos, fazendo com que percebam que as informações contidas nos relatos dos meios convencionais não são os únicos registros capazes de contar uma história, levando os alunos a perceberem que as manifestações populares, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, foram utilizadas contra toda e qualquer forma de repressão e/ou manipulação por parte dos governos.

A Unidade Didática também será composta por informações sobre o período da Transição a fim de no primeiro momento contextualizar ao aluno sobre a ditadura empresarial-militar e o período democrático posterior, destacando as continuidades e rupturas entre os dois períodos.

Em seguida, serão propostas atividades estratégicas que sejam motivadoras da reflexão e do pensamento crítico, incentivando a construção da opinião individual e coletiva, o debate em forma de rodas de conversas, que possibilitem a utilização de múltiplas linguagens entre os diversos campos dos saberes através de recursos pedagógicos interventivos, como dinâmicas em grupo, competição de equipes, análise investigativa das fontes, exposição de murais, discussão analítica de filmes e músicas.

Estes leques de possibilidades são potenciais ferramentas para renovação do processo de aprendizagem no Ensino de História. Permitem, portanto, a utilização dos conteúdos já programados a serem abordados de formas não convencionais e discutir temas transversais dentro do período estudado. Estas estratégias pedagógicas voltadas para os planos de aula do docente são direcionamentos flexíveis frente às condições estruturais da escola.

Além disso, as atividades propostas serão adequadas ao planejamento da disciplina, levando em consideração o número de aulas destinadas ao tema para sugestão de duração de cada atividade ou avaliação produtiva. No processo de

construção da Unidade Didática, serão objetos de análise dois livros didáticos adotados em duas importantes escolas da Rede Básica de Educação do Maranhão, como forma de problematizar a abordagem que tais obras conferem ao tema da Transição Política e do governo de José Sarney.

Metodologicamente, a proposta de investigação aqui apresentada estrutura-se em torno da incorporação de múltiplas fontes históricas no cotidiano escolar. Embora a discussão da ampliação da noção de fonte histórica já esteja presente no campo científico, levando em consideração a revolução promovida pela Escola dos Annales, e também postulada pelos teóricos do Ensino de História, tal debate não é predominante na Educação Básica. Tal fato se deve a problemas infraestruturais das escolas, ou por dificuldades encontradas pelos docentes. Sendo assim, o livro didático, como nos afirma Munakata (1997) e Cerri; Ferreira (2007), ainda se constitui na principal ferramenta do ensino-aprendizagem, muitas vezes utilizada sem a devida perspectiva crítica.

Nesse sentido, a incorporação ao Ensino de História de uma multiplicidade documental, considerando a aplicação metodológica no manuseio de cada fonte específica e suas variadas linguagens. O eixo de estruturação da Unidade Didática aqui proposta poderá contribuir para a problematização das análises sobre os conceitos da Transição Política brasileira e também sobre Ditadura e Democracia, bem como as potencialidades do trabalho dos alunos com a história dos conceitos, tendo em vista sua importância estratégica na formação, a história dos conceitos põe em evidência a estratificação dos significados dos conceitos em épocas diferentes, Kosellek (2006).

Democracia, Transição e Ditadura, muitas das vezes não são abordados com a potencialidade analítica, como cita Kosellek:

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado de crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. (KOSELLECK, 2006, p.103).

Sendo assim, é necessário ainda analisar as rupturas e permanências do regime ditatorial em meio à democracia recém instaurada.

Em função da importância que os jornais na proposta de investigação aqui apresentada, uma ressalva metodológica torna-se necessária. Embora por muito

tempo os jornais tenham sido excluídos do fazer historiográfico em função de serem considerados como obstáculos à busca da objetividade, uma vez que eram considerados como produções humanas e, portanto, repletos de parcialidade, a revolução promovida pela Escola dos Annales rompeu com esta perspectiva e os jornais passavam a se apresentar como primordiais elementos da operação historiográfica, cuja utilização, todavia, requer alguns cuidados metodológicos.

Tânia Regina de Luca (2008) não só defende a importância dos jornais para os estudos históricos, como os classifica como fundamentais para análise que se debrucem sobre períodos ditatoriais, uma vez que são capazes de, ao recuperarem fragmentos do passado, produzir ecos nas questões contemporâneas. Todavia, o trabalho com jornais, seja como fonte ou como objeto, exige sua historização, o que requer:

[...] condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas (DE LUCA, 2008, p.139).

Assim, levando em consideração as abordagens de Tânia de Luca (2008) e apropriando-se das reflexões realizadas por Circe Bittencourt (2014) sobre a necessidade de incorporação ao cotidiano escolar de novas linguagens e os cuidados metodológicos de tal opção, o *corpus* documental desta pesquisa será composto pela seguinte documentação: os jornais *O Imparcial e O Estado do Maranhão*, de 1974- 1990, filmes, músicas, documentários, fotografias e acervos digitais sobre o tema da Transição, que ainda serão selecionados; os livros didáticos analisados no capítulo 2 (*História, Sociedade e Cidadania, do autor Alfredo Boulos; História 3: Passado e Presente Do Século XX aos dias de hoje, Coleção Multiverso Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania, coleção Prisma: Ciências Humanas: Política e Ética em ação: Cidadania e Democracia.*), como forma de mapeamento das abordagens presentes nas obras sobre o tema da Transição e, assim, fomentar uma abordagem crítica sobre o conteúdo presente nos livros didáticos.

Para que os objetivos propostos sejam efetivados, o trabalho foi organizado metodologicamente em três etapas: a primeira, destinada a investigação das principais produções e teorias a respeito do Ensino de História e exame das legislações sobre educação; bem como a análise sobre as principais discussões historiográficas sobre a Ditadura, Transição e Democracia.

A segunda etapa do percurso da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos, será a análise das fontes já catalogadas (jornais), a seleção dos outros componentes do *corpus* documental (filmes, músicas, documentários, fotografias e acervos digitais) e a análise crítica dos livros didáticos, componentes basilares da Unidade Didática. No terceiro momento, será realizada a confecção do material, apresentando inserção no ambiente escolar e balizado na realidade do aluno, contendo propostas que despertem a reflexão e a formação crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a conclusão ou fechar questão sobre determinado assunto não é tarefa fácil, as possibilidades durante o percurso da pesquisa mostram inúmeros caminhos e lacunas que devido ao tempo não são facilmente fechadas. A Transição que determina a passagem do poder dos militares para dos civis no Brasil também ainda guarda muitas perguntas. Era possível uma transição diferente? A Anistia poderia ter sido revogada e os crimes perpetrados pelos agentes dos órgãos repressivos serem responsabilizados? Poderíamos criar museus que mostrassem o horror da ditadura, a fim de se criar uma cultura de ojeriza as tentações autoritárias? Evidente que nenhum trabalho consegue responder tudo e nem esgotar as indagações.

Essa pesquisa teve início principalmente na dúvida sobre esse momento em que os projetos de uma saída eram pensados. Embora com o passar dos anos, em inúmeros eventos e apresentações de trabalho, pude não somente reduzir os impressionismos, como também conhecer outras perspectivas sobre o tema. Em todas fica claro o limite da nossa experiência de passagem de poder. Dada a conjuntura da época, não foi a possível, foi a necessária. A questão fundamental sempre foi o pós-ditadura, as lutas dentro da democracia que não buscavam essa cultura democrática, a própria constituição sofreu constantes ataques que a modificaram em vários aspectos, indo contra o próprio constituinte.

Essas questões estiveram sempre presentes na confecção deste trabalho. O mestrado profissional proporciona ainda a capacidade de aliar o saber da academia com a possibilidade de elaborar um produto com a transposição devida ao ensino básico. Mesmo com todos os desafios e falta de estrutura nas redes de ensino, esses materiais compõem um acervo e também inúmeras possibilidades de trabalho do docente na educação básica.

Neste trabalho busquei percorrer um caminho que levasse em consideração tanto a importância da educação como do Ensino de História dentro da realidade escolar, não compreender isso significa deixar uma parte importante das discussões fora do radar de milhões de trabalhadores da educação e de estudantes.

Se num primeiro momento busquei debater a importância do ensino e a história da educação no Brasil, foi no intuito de demonstrar que em todas as épocas

a educação e o ensino de história estiveram sempre presentes nas discussões da sociedade. Se em alguns momentos os que estão no poder utilizam da disciplina para tentar fazer com que seus projetos de poder sejam difundidos, como foi o caso da ditadura empresarial militar brasileira, em outros casos a concepção de história avançaria sobre como contribuir para que os estudantes entendessem a nova cultura democrática que estava no horizonte da realidade brasileira ao final da ditadura. O desafio agora, ao analisar o contexto atual da nossa frágil e cambaleante democracia, é talvez demonstrar a sua fragilidade diante de inúmeros ataques e também reforçar o cuidado, as formas e os limites do sistema democrático, problematizar isso é municiar uma geração de estudantes a entender os problemas da nossa sociedade.

Ao analisar os limites do que seriam exigidos para que uma Democracia do tipo liberal, como a nossa, é importante salientar que mesmo ocorrendo em boa parte após o fim da ditadura, seja no respeito ao resultado das eleições, a possibilidade de qualquer cidadão disputar cargos eletivos, nenhum dos setores da sociedade em clara tentativa contra o regime ou mesmo a possibilidade de um golpe abertamente orquestrado, há elementos que demarcam essa mesma democracia com problemas crônicos e não resolvidos ao longo dos governos democráticos. Se a desigualdade social é um traço marcante presente nas nossas relações, alguns elementos como a violência, a crise sistêmica dos sistemas de justiça e penitenciário. Todos esse tem um impacto direto na vida do cidadão e da percepção delas quanto ao próprio funcionamento do Estado.

A educação também sofre com as mudanças abruptas recentes dentro da democracia, além dos cortes massivos que inviabilizam não somente o funcionamento básico, termina também por desincentivar a pesquisa e a continuidade de milhares de alunos tanto na educação básica quanto no ensino superior, seja na graduação ou mesmo na pós. O projeto recente de ataque frontal a educação tem inclusive colocado em cheque a possibilidade de continuidade de diversos projetos em curso, isso tudo dentro do regime democrático, o que levanta bastante debates e indignação da sociedade. Em meio a pandemia, no momento em que milhares de alunos e professores se viram obrigados a uma adaptação nada fácil para o mundo virtual, sem treinamentos adequados, estrutura ou investimento, a educação sofre ainda com o retorno ao presencial, pouquíssimos

exemplos podem ser destacados de boas praticas tanto da pandemia como no retorno ao presencial.

Aliada a essa realidade cruel, as recentes modificações nas leis educacionais, deixam claro o eficiente projeto de mudanças empreendidos pelos que apoiaram essas transformações na educação básica. Sem a participação dos professores e com muitas críticas dos principais estudiosos do tema, se operou uma verdadeira desconfiguração da nossa educação básica, tudo em nome de uma suposta modernização do nosso sistema de ensino e adequação ao mercado de trabalho.

Os desafios são grandes, e entender o retorno aos quadros democráticos do brasil pode mostrar como as nossas classes políticas sempre optam pela conciliação em nome de uma continuidade de proteção e privilégios principalmente nas altas rodas do poder. Visitando os jornais sobre o estado do Maranhão, é possível perceber como os nomes se repetem em eleições, em vários cargos e disputando projetos de desenvolvimento. Nomes que estavam presentes na política maranhense na época da ditadura, figuram até os dias de hoje nos principais grupos de discussão da política local.

Esses resquícios demonstram mais ainda o caráter conciliatório da nossa transição, e como ela manteve estruturas intactas de poder, e mesmo da Nova república essas estruturas não se modificaram, apenas se adaptaram a nova fase. Seria estranho então ver os recentes movimentos dos militares e do poder judiciário disputando o poder político? Em virtude do acordo do retorno aos quadros democráticos a sociedade brasileira foi orientada não somente pelo esquecimento, optou-se também pela não colocação em prática da justiça de transição, que permitiriam uma defesa maior a essa nova fase da democracia brasileira.

A possibilidade de trabalhar essas questões em um produto educacional visa principalmente possibilitar aos alunos e professores uma problematização sobre temas que ainda estão presentes na nossa sociedade, e assim viabilizar dentro da educação básica uma análise da realidade brasileira calcada sobre a critica dos principais problemas do passado que ainda reverberam no presente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. **A democratização do Brasil: atores e contextos.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABUD, Katia Maria. **A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular.** Educar em Revista, Curitiba, n. 42, p. 163-171, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a11n42.pdf> >

_____. **Pedagogia Cidadã: cadernos de Formação: Ensino de História.** São Paulo, UNESP, 2004.

AZEVEDO, Gislane. SERIACOPI, Reinaldo. **História 3 Passado e Futuro: Do século XX aos dias de hoje.** 1. Ed – São Paulo: Ática, 2016.

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. Legislação e entendimento do ensino de história no PNL 2018. **Boletim Historiar**, vol.06, n.04, Out. /Dez. 2019, p. 80-95. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/12833>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** [S.l: s.n.], 2005

_____. **Livro didático e saber escolar: 1810- 1910.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos.** In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania.** 2. Ed – São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 11. ed. –Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Publicado no Diário Oficial da União em 12/12/2017.

BRASIL. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos/ Ministério da Educação** – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **Crises da República: 1954, 1955 e 1961**. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FORQUIN, Jean-Claude. **Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais**. Teoria & Educação, Porto Alegre: n.5, pp.28-49,1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). O educador: vida e morte. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, p.89-101.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LEMOS, Renato. **Ditadura, Anistia e transição política no Brasil (1964-1979) -** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-64**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

- LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: A experiência do sul da europa e américa latina.** – São Paulo, Paz e terra, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos e história social.** In: _____. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. **turo passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem Feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MELLO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado ampliado como ferramenta metodológica.** Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. NIEP-MARX – UFF, _____, 2013. Disponível _____ em. www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/download/35/32
- MORAES, Denis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci.** REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun. 2010.
- MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.
- MOTTA, Márcia. **“História, memória e tempo presente.”** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos.** História e Filosofia da Educação. 1997. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1997.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares:** representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421- 461, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. (2007). **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.** Revista História e Lutas de Classe, ano 3- edição nº 4. pag.49.

PADRÓS, Enrique Serra. **História Do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional E Arquivos Repressivos**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan. / jun. 2009.

PAIS, A. A unidade didática como instrumento e elemento integrador de desenvolvimento da competência leitora: crítica da razão didática. In: AZEVEDO, Fernando (org.) **Didática e práticas: a língua e a educação literária**. Guimarães: Ópera Omnia, 2013, p. 66-86.

Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC. 1999.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. **A aula como texto: historiografia e ensino de História**. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

PINSKY, J. Introdução. In: _____; PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ROCHA, Helenice. **A narrativa histórica nos livros didáticos, entre a unidade e a dispersão**. Territórios e Fronteiras, vol. 6, n. 3, p.53-66, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SALLUM, Brasília. **Labirintos. Dos gerais à nova republica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Roberto Santana. **Uma análise estrutural do fim da ditadura no Brasil**. Revista Historia e Lutas de Classe, ano 10 - edição nº 17. pag. 53-58.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alice. O social e o político na transição pós-moderna**. 2002

SCHMIDT, Mari Auxiliadora e CARNELI, Marlene. **Ensinar História**. 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2010

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. --- São Luís: edições SECMA, 2007.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>

VAINFAS, Ronaldo. (et al). **História Ensino Médio**. 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2017.

VILLELA, André. **Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963)**. In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.